

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Jacson Dreyer Schumacher

**APOSENTADORIA E ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA
BOA VISTA- RS: O CASO DOS APOSENTADOS QUE MIGRAM
PARA A CIDADE**

Santa Maria, RS
2019

Jacson Dreyer Schumacher

**APOSENTADORIA E ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA-
RS: O CASO DOS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Cesar De David

Santa Maria, RS
2019

SCHUMACHER , JACSON DREYER
APOSENTADORIA E ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA BOA
VISTA- RS: O CASO DOS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A
CIDADE / JACSON DREYER SCHUMACHER .- 2019.
101 p.; 30 cm

Orientador: CESAR DE DAVID
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. APOSENTADORIA RURAL 2. MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE 3.
NOVA BOA VISTA-RS I. DE DAVID, CESAR II. Título.

Jacson Dreyer Schumacher

**APOSENTADORIA E ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA BOA
VISTA- RS: O CASO DOS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 28 de Junho de 2019:

Cesar De David, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marcelo Cervo Chelotti, Pós-Dr. (UFU)

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que me apoiaram e que me incentivaram para a realização deste sonho que começou a ser construído durante a graduação, em muitos momentos apresentou-se impossível, mas sou grato a todos que acreditaram em mim e não me deixaram desistir. Obrigado a todos que de alguma forma colaboraram na concretização deste trabalho, e principalmente o meu agradecimento especial:

A minha mãe, Dona Celia, que esteve comigo durante todas as etapas da vida e de trabalho também, que sempre me motivou a continuar e que sempre se enche de orgulho quando fala de mim, obrigado por tudo que tu me ensinou e por tudo que tu fez por mim, serei grato eternamente.

Aos meus irmãos Otalírio e Lucimara, sou grato por estarem sempre perto de mim e por terem me apoiado em todas as minhas escolhas. Obrigado Otalírio, pelas inúmeras vezes que, incansavelmente, tu me levou pra pegar o ônibus e por ter esperado comigo.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), por me proporcionar um ensino público e de qualidade.

Ao meu orientador, professor Cesar De David, meu agradecimento especial, obrigado por ter me acolhido, me orientado e por ter estado do meu lado durante toda esta jornada, tenho certeza que este percurso todo foi mais leve e mais doce pela tua presença nele, obrigado hoje e sempre!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), pelas discussões e trocas de experiências sobre as temáticas da Geografia Agrária, bem como, as conversas, risadas e os bons momentos.

Aos professores: Marcelo Cervo Chelotti e Leonice A. de F. A. P. Mourad, membros da minha banca de qualificação agradeço pelo tempo dedicado à leitura, suas fundamentais contribuições e ideias para redação do texto final da dissertação de mestrado.

Agradeço imensamente aos professores membros da banca avaliadora da dissertação, novamente ao professor Marcelo Cervo Chelotti e Eduardo Schiavone Cardoso, por aceitarem o convite, pelo tempo dedicado a leitura e de antemão já agradeço pelas contribuições, que são fundamentais para concluir esta pesquisa.

À minha grande amiga e colega de apartamento Helena Maria Beling, pela sua intensa dedicação e manutenção diária a nossa amizade e parceria. Agradeço também pela sua disponibilidade em me ajudar sempre que precisei em todos os aspectos. Obrigado por tudo e te levo comigo e te quero sempre na minha vida!

A minha “irmã mais velha” Ana Clarice Hanauer meu presente de Santa Maria, obrigado por tudo e por ter sido essa colega e companheira fiel de todas as horas. Os nossos momentos juntos jamais serão esquecidos!

Aos meus amigos Franciele, Diogo, Cleiton, Louise, Ana Paula e Graciela por toda amizade, companheirismo, e por me aturarem nos meus melhores e piores dias, obrigado por todos os momentos juntos no bar e no dia a dia, vocês são demais!

Aos meus colegas de trabalho e alunos da Escola Santos Anjos que sempre me incentivaram e que sempre torceram por mim, obrigado por tudo e obrigado por me tornarem professor de fato, meu agradecimento especial para Patrícia, Rosemara, Joseane, Lucia e Debora, vocês são inspiração!

A minha professora do ensino fundamental e médio Judite Klein por ser sempre motivadora e inspiradora na área da educação.

Agradeço especialmente também a todos aqueles que me receberam e que disponibilizaram de seu tempo para a concessão das entrevistas, obrigado por cada momento que passamos juntos e pelas ricas contribuições que vocês deram para este trabalho.

Finalmente, meu agradecimento sincero a todos que estiveram envolvidos neste caminho, direta ou indiretamente, a todos aqueles que foram parte desta pesquisa, muito obrigado!

*“Ousai o voo das alturas.
Inventai caminhos novos.
Tirai da própria fonte,
das virtualidades presentes em vós,
do vosso imaginário,
dos vossos sonhos e
das vossas utopias
mil razões para lutar,
para viver e para criar!”
- Leonardo Boff*

RESUMO

APOSENTADORIA E ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA- RS: O CASO DOS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A CIDADE

AUTOR: Jacson Dreyer Schumacher

ORIENTADOR: Cesar De David

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a aposentadoria rural e o êxodo rural no município de Nova Boa Vista/RS, sendo que neste município é comum ocorrer o processo de migração da população do campo para a cidade após a obtenção da aposentadoria rural. Neste cenário de migração do campo para a cidade, a presente investigação busca responder ao seguinte questionamento: porque os moradores do campo migram para a cidade de Nova Boa Vista/RS após a obtenção da aposentadoria rural. Para responder o problema da pesquisa, foi estabelecido como objetivo geral: Compreender o processo de migração campo-cidade por parte da população idosa após a obtenção da aposentadoria rural no município de Nova Boa Vista - RS. Mais especificamente pretende-se: Identificar as razões que levam os aposentados a deixar o espaço rural e migrar para a cidade, após a conquista da aposentadoria. Entender o papel da aposentadoria como indutora do processo de migração para a cidade. Verificar a trajetória dos aposentados enquanto moradores do campo bem como os fatores determinantes na migração para a cidade. Entender a rotina dos aposentados enquanto moradores da cidade e verificar quais atrativos ofertados pela cidade. Para alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa, optou-se pelo uso da abordagem e a análise qualitativa. O método selecionado, que mais se aproxima da realidade da pesquisa, foi o dialético. Para melhor organização e compreensão, este trabalho apresenta-se metodologicamente dividido em três etapas. A primeira etapa se constituiu das orientações iniciais e constantes, levantamento e análise do material bibliográfico, constituindo a base para a construção do referencial teórico da pesquisa. A segunda etapa é composta pela coleta de dados primários, realizada através de trabalho de campo, junto aos aposentados que migraram do campo para a cidade de Nova Boa Vista/RS após a obtenção da aposentadoria rural. Em um primeiro momento, foi realizada a caracterização do município, levando em contas as características culturais, sociais, econômicas entre outros aspectos, após, foi realizado a coleta dos dados junto aos aposentados por meio de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observações. A terceira fase consiste no cruzamento de dados e informações coletadas, possibilitando análise específica da área de estudo. Na cidade de Nova Boa Vista/RS existe um significativo número de aposentados que migraram do campo para a cidade após a obtenção da aposentadoria rural. Os aposentados deste município apontam para as inúmeras alterações que o campo apresentou com o passar dos anos, sendo que este não é nas suas perspectivas um lugar para se viver a velhice, destacando para o uso exacerbado de agrotóxicos, a falta de lazer dentre outras questões. Neste município existe historicamente, uma preocupação em manter uma boa qualidade de vida para a população idosa do município, uma vez que as políticas públicas voltadas para esta parcela da população são diversas.

Palavras-Chave: Aposentadoria Rural. Migração Campo- Cidade. Nova Boa Vista/RS.

ABSTRACT

RETIREMENT AND RURAL EXPOSURE IN THE MUNICIPALITY OF NOVA BOA VISTA-RS: THE CASE OF THE RETIRED PEOPLE WHO MIGRATE TO THE CITY

AUTHOR: Jacson Dreyer Schumacher

ADVISOR: Cesar De David

The present research deals with a study about rural retirement and rural exodus in the municipality of Nova Boa Vista / RS, and in this municipality it is common to occur the process of migration of the rural population to the city after obtaining rural retirement. In this scenario of migration from the countryside to the city, the present investigation seeks to answer the following question: because the rural inhabitants migrate to the city of Nova Boa Vista / RS after obtaining the rural retirement. To answer the research problem, it was established as a general objective: To understand the process of rural-urban migration by the elderly population after obtaining the rural retirement in the municipality of Nova Boa Vista - RS. Specifically, it is intended to: Identify the reasons that lead retirees to leave the rural area and migrate to the city, after the achievement of retirement. Understand the role of retirement as a driver of the process of migration to the city. To verify the trajectory of the retired ones as residents of the field as well as the determining factors in the migration to the city. Understand the routine of retirees as residents of the city and check what attractions offered by the city. In order to reach the objectives proposed in the present research, we opted for the use of the approach and the qualitative analysis. The selected method, which is closest to the reality of the research, was the dialectic. For better organization and understanding, this work is presented methodologically divided into three stages. The first stage consisted of the initial and constant orientations, survey and analysis of the bibliographic material, constituting the basis for the construction of the theoretical reference of the research. The second stage is composed by the collection of primary data, carried out through fieldwork, together with the retirees who migrated from the countryside to the city of Nova Boa Vista / RS after obtaining the rural retirement. At first, the characterization of the municipality was carried out, taking into account the cultural, social and economic characteristics among other aspects, after which the data collection was carried out with the retirees through semi-structured interviews, informal conversations and observations. The third phase consists of the crossing of data and information collected, making possible a specific analysis of the study area. In the city of Nova Boa Vista / RS there is a significant number of retirees who migrated from the countryside to the city after obtaining rural retirement. The retirees of this municipality point to the innumerable changes that the field has presented over the years, and this is not in their perspectives a place to live the old age, highlighting the exacerbated use of pesticides, lack of leisure among other issues. In this municipality there is historically a concern to maintain a good quality of life for the elderly population of the municipality, since the public policies focused on this part of the population are diverse.

Keywords: Rural Retirement. Field-City Migration. Nova Boa Vista / RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de envelhecimento Nova Boa Vista – RS	16
Figura 2 - Mapa de localização das Linhas (localidades) Município de Nova Boa Vista RS	17
Figura 3 - Mapa de localização do Município de Nova Boa Vista – RS.....	18
Figura 4 - Casamento caipira realizado durante a festa Junina	80
Figura 5 - Viagem anual realizada pelos Grupos de terceira idade do município	81
Figura 6 - Jogo de bingo realizado em encontro mensal.....	82
Figura 7 - Dinâmica de Grupo/ Atividade física realizada em encontro mensal	83
Figura 8 - Churrasco anual do dia do idoso.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aposentados do Município de Nova Boa Vista	15
Quadro 2 - Aposentados por Grupo de Terceira Idade	20
Quadro 3 - O que muda com a Reforma Trabalhista para o camponês	46
Quadro 4 - Habitantes do meio Rural e Urbano (1960/2010)	56
Quadro 5 - Panorama do Êxodo Rural no Brasil 1950-1990	63
Quadro 6 - Matriz conceitual para a tipologia municipal rural-urbana	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS:	Caixa de Aposentadoria e Pensão
CEME:	Central de Medicamentos
CLT:	Consolidação das Leis de Trabalho
CNA:	Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG:	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
DATAPREV:	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
ETR:	Estatuto do Trabalhador Rural
FEE:	Fundação de Economia e Estatística
FETAEP:	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FUNABEM:	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNRURAL:	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GPET:	Grupo de Pesquisa em Educação e Território
IAPAS:	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPI:	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPS:	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS:	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS:	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS:	Instituto Nacional de Seguridade Social
ISSB:	Instituto de Serviços Sociais do Brasil
LBA:	Fundação Legião Brasileira de Assistência
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
PPG GEO:	Programa de Pós Graduação em Geografia
PRÓ-RURAL:	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
SEBRAE:	Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SINPAS:	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
UFSM:	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS NO CAMPO	32
2.1 AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS, O ETR E AS LIGAS CAMPONESAS.....	48
3. O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO DO CAMPO	54
3.1 O RURAL E O URBANO	54
4 OS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A CIDADE DEPOIS DA APOSENTADORIA.....	67
4.1 A VIDA NO CAMPO ANTES DA APOSENTADORIA.....	67
4.2 A VIDA APÓS A APOSENTADORIA.....	71
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS IDOSOS DE NOVA BOA VISTA- RS... 79	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS APOSENTADOS..	99
APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL PELA TEREIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA-RS	101

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a migração rural-urbana que vem ocorrendo no município de Nova Boa Vista- RS, principalmente por parte da população idosa, após a obtenção da aposentadoria rural. Este processo é recorrente nos últimos anos conforme apontam estudos empíricos bem como dados oficiais.

O processo de migração rural-urbano não é novo na história da humanidade, ao contrário, vem ocorrendo desde o processo de industrialização das grandes cidades onde a força de trabalho era necessária para abastecer o processo de produção. Os primeiros registros deste processo foram demarcados por Engels (1974) em seu clássico “*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*”.

Conforme destacado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último levantamento realizado em 2010 a população do município de Nova Boa Vista/RS é composta por 1800 habitantes (sendo estimada em 1960 habitantes para o ano de 2017), dos quais 71% estão situados no campo, enquanto a população da cidade soma 29%. Quanto a população aposentada é possível verificar na figura a seguir disponibilizada pelo IBGE 2010.

Quadro 1 - Aposentados do Município de Nova Boa Vista

Pessoas na Condição de Aposentados e Pensionistas-Nova Boa Vista 2010					
População Total			Aposentadas ou pensionistas		
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1.800	894	906	515	201	314
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010					

Fonte: IBGE, (2010)

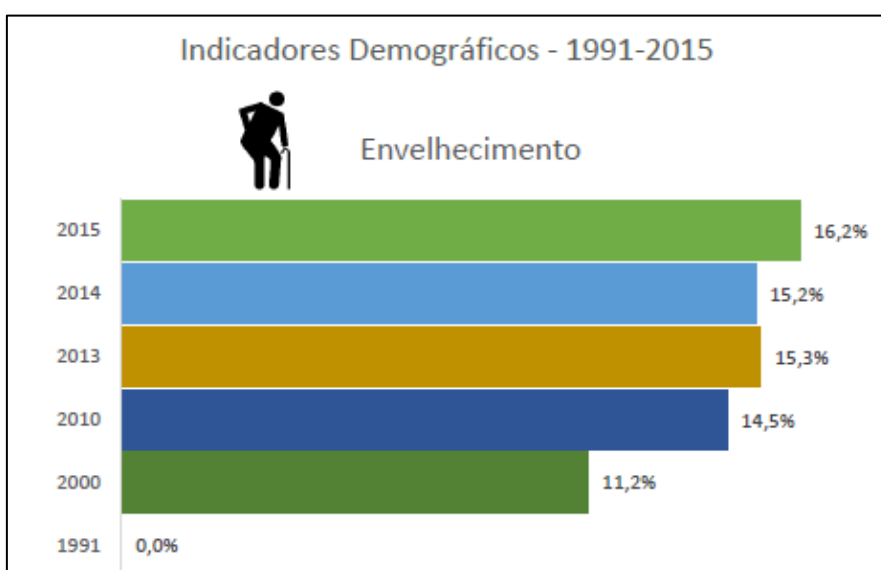
Organização: SCHUMACHER, J.D. (2017)

O número de aposentados neste município apresenta-se como um dado muito significativo haja vista o tamanho da população total, somando um total

de 28,6% da população do município de Nova Boa Vista¹, sendo que 22,5% da população de homens e 34,6% das mulheres deste município encontram-se na situação de aposentados.

A Figura 1, disponibilizado pelo SEBRAE, com base nos dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), apresenta a evolução do envelhecimento na cidade desde 1991 (um ano antes de sua emancipação) até o ano de 2015.

Figura 1 - Taxa de envelhecimento Nova Boa Vista – RS



Fonte: SEBRAE, (2015)
Organização: SCHUMACHER, J. D. (2017)

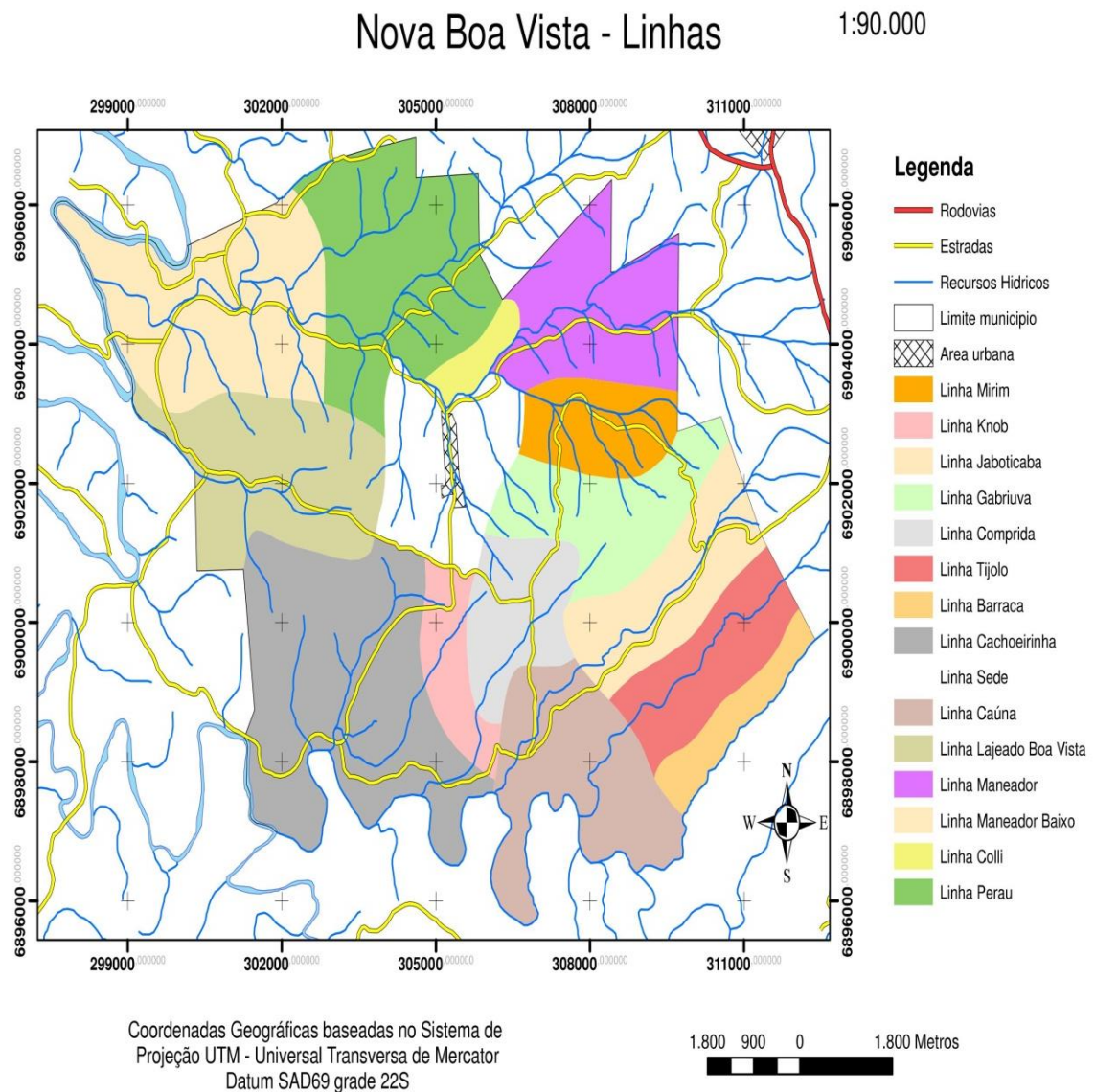
É possível verificar que vem ocorrendo um aumento na taxa de envelhecimento com o passar dos anos, com este aumento, também ocorre uma elevação no número de aposentados no município. Haja vista o acesso à aposentadoria por grande parcela da população com o passar dos anos.

Na figura 2, podemos observar a localização do município de Nova Boa Vista, situado na Mesorregião Noroeste do Estado, fazendo limite com os

¹ Os aposentados dividem-se de maneira desigual sob o território do município, conforme pode ser visualizado posteriormente no quadro 01, que está embasado nas informações da assistência social do município de Nova Boa Vista- RS, o maior número de aposentados que está associado a um grupo de terceira idade é pertencente ao grupo da cidade, comprovando assim um maior numero de pessoas aposentadas no perímetro urbano do município.

municípios de Barra Funda, ao Norte; Almirante Tamandaré do Sul, ao Sul; Chapada ao Oeste e, ao Leste com Sarandi, município do qual Nova Boa Vista desmembrou-se em 1992.

Figura 2 - Mapa de localização das Linhas (localidades) Município de Nova Boa Vista RS

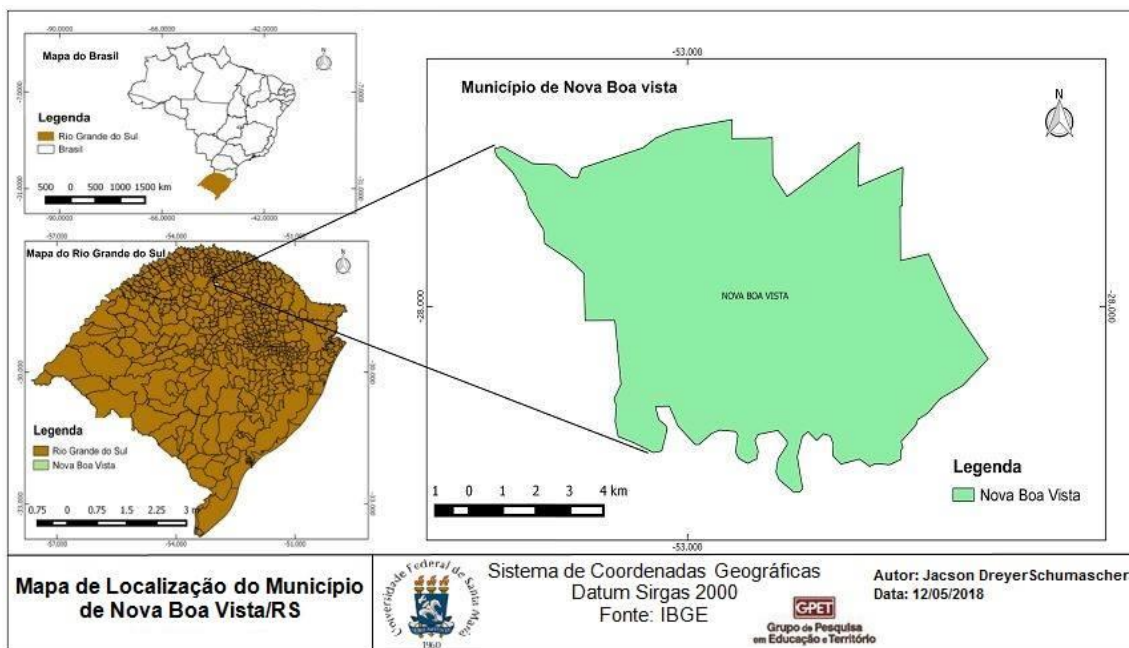


Elaborado por Anderson Matos Teixeira - Geógrafo CREA 5062919211

Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Antonio Mathias Anshau.
Organização: E.E.E.M ANTONIO MATHIAS ANSCHAU, 2012.

De acordo com o IBGE, o município possui uma população de 1.800 habitantes (IBGE, 2010) e está distante cerca de 332.6 km da capital.

Figura 3 - Mapa de localização do Município de Nova Boa Vista – RS



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas SIDRA IBGE (2000)
Organização: SCHUMACHER, J, D. (2018)

O município de Nova Boa Vista, emancipado em 20 de março de 1992, apresenta apenas 26 anos de idade sendo considerado um município jovem, desmembrado do município vizinho Sarandi. Apresenta-se como uma cidade calma, de pouco movimento, não se diferenciando das demais cidades interioranas que o circundam.

A população ali residente é composta majoritariamente por descendentes de alemães e italianos, oriundos de diversas partes do Estado que migraram para o município durante o processo de ocupação do território brasileiro². Trata-se de um município eminentemente agrícola, a maior parcela

² É importante destacar que o processo de colonização do município de Nova Boa Vista foi realizado principalmente pelos filhos dos primeiros imigrantes que ocuparam o território gaúcho. Devido ao esgotamento do solo nos primeiros lotes de ocupação ocorreu a necessidade de percorrer novos espaços afim de buscar melhores condições de vida e sobrevivência. (E.E.E.M ANTONIO MATHIAS ANSCHAU, 2012)

da população vive no campo e segundo o IBGE(2010) os principais produtos cultivados são a soja, o milho, o trigo, a suinocultura, a bovinocultura e a produção leiteira.

Como num primeiro momento o município era um dos distritos, pertencente à Sarandi, o processo de formação da sede da cidade foi desenvolvendo-se com o passar dos anos. A configuração do espaço urbano acompanha o processo de construção do hospital e de algumas pequenas casas de comércio no antigo distrito.

Quando ocorreu o processo de emancipação no ano de 1992³, a configuração do município já havia alterado de maneira significativa, o município já não era mais totalmente dependente do município de Sarandi e aos poucos a cidade já assumia a sua própria forma.

Paulatinamente ao processo de emancipação, ocorreu também o processo de desenvolvimento do município, onde o território anteriormente característico rural, agora passa a se organizar sob forma de cidade e com isso o processo de ocupação deste passou a ocorrer com maior intensidade. Num primeiro momento a população que vivia no centro da cidade era composta basicamente por comerciantes, trabalhadores do comércio local e alguns moradores que viviam da agricultura de subsistência nesta porção do espaço.

Com o passar dos anos e com a instalação de empresas no município, passaram a ocupar o espaço urbano também um significativo número de trabalhadores assalariados, filhos de agricultores familiares do município e também migrantes de cidades próximas.

Além da parcela da população que já estava instalada na cidade, um fenômeno começa a se destacar no cenário novaboavistense, a migração da população idosa para o centro urbano, principalmente após a obtenção da aposentadoria rural, fato este que vem sendo observado pelos moradores locais e também pelas demais pessoas nos últimos anos. Este processo causa inúmeros questionamentos como quais as motivações que levam essas pessoas a deixar o campo e viver na cidade, quais as fragilidades que o campo

³ No ano de 1990 foi criada a comissão emancipatória com o objetivo de encaminhar à Assembleia Legislativa um processo reivindicativo de emancipação política de Boa Vista, que posteriormente viria a se chamar Nova Boa Vista. Sendo que no ano de 1991 foi realizado o plebiscito de que contou com o voto de 88,8% dos votos dos boa-vistenses dos quais ocorreu a vitória do sim com 85,13% dos votos. (E.E.E.M ANTONIO MATHIAS ANSCHAU, 2012)

oferece na perspectiva dos aposentados, qual a importância que a aposentadoria tem neste processo de migração, como é viver na cidade para os aposentados parte destes questionamentos buscou-se responder através deste trabalho.

É comum observar no cenário da pequena cidade um elevado número de pessoas já em idade avançada reunidos para tomar chimarrão, ou então homens reunidos para jogar carta nos bares e comércio local, e mulheres se encontrando para jogar bingo. Pôde-se notar que grande parcela desta porção da população é originária do campo e que veio buscar viver sua velhice na cidade.

Este processo de migração aumentou com o passar dos anos e, é um fato marcante como pode ver observado no quadro a seguir o número de associados nos diferentes grupos de terceira idade do município, onde é claro o grande número de associados pertencentes a sede da comunidade⁴.

Quadro 2 - Aposentados por Grupo de Terceira Idade

NOME DO GRUPO	NÚMERO DE ASSOCIADOS
ESPERANÇA - CACHOEIRINHA	27
ALEGRIA - PERAU	18
AMIZADE DOS IDOSOS- MANEADOR	24
NOVO HORIZONTE-MANEADOR BAIXO	14
FLOR DO CAMPO - LAJEADO BOA VISTA	38
VIVA A VIDA- SEDE DO MUNICÍPIO	99
LUZ E ALEGRIA - MIRIM	30
SEMPRE UNIDOS- JABOTICABA	32

Fonte: Assistência Social do Município, (2018)
Organização: SCHUMACHER. J, D. (2018)

⁴ Os dados referentes ao número de associados de cada grupo de terceira idade do município foram obtidos juntamente com a Secretaria da Assistência Social. É válido destacar ainda que todos os membros considerados acima são aposentados. Haja vista que alguns grupos aceitam membros que não estão aposentados, porém os dados acima referem-se apenas para associados com aposentadoria ativa.

Ao refletir sobre este processo migratório é importante destacar a importância das políticas públicas que foram instituídas no campo, com atenção especial a aposentadoria rural⁵. Direito adquirido por parte da população e que possibilitou uma melhor qualidade de vida para a população do campo, além de contribuir para a manutenção básica da população em idade avançada.

Ao realizar-se um olhar atento ao espaço urbano do município de Nova Boa Vista- RS é possível verificar, por exemplo, que em pontos específicos do espaço urbano encontram-se grupos de quatro ou cinco vizinhos, onde todos são idosos, aposentados, oriundos do campo e que migraram para a cidade após a obtenção da aposentadoria.

Devido ao acesso a aposentadoria rural por parte da população do campo, pressupõe-se que as condições para esta parcela da população manter-se no campo foram facilitadas, porém, o processo inverso de saída do campo para a cidade foi o fato que motivou esta investigação que pretende compreender quais os motivos que levaram a população idosa a migrar para a sede do município de Nova Boa Vista- RS após a conquista da aposentadoria rural.

Deste fato, do número de idosos aposentados que migraram do espaço rural para o espaço urbano ser significativo na observação do espaço urbano, emergem diversos questionamentos tais como: qual o destino da propriedade rural anteriormente ocupada por esta parcela da população? Qual a perspectiva futura do espaço agrário? O espaço urbano, com o passar dos anos, poderá constituir-se como um lugar preponderantemente ocupado por idosos aposentados, quais os efeitos dessa dinâmica? Qual o papel da aposentadoria rural neste processo de migração para o espaço urbano?

Não se considera o fato das pessoas migrarem para a cidade um problema, porém o foco da presente pesquisa é buscar entender as razões que explicam esse processo, nesse município em específico. Assim, no contexto das transformações que vem ocorrendo no espaço rural e urbano do município de Nova Boa Vista -RS, esta investigação pretende investigar a seguinte

⁵ O Capítulo 2 traz uma reflexão acerca da aposentadoria rural como política pública conquistada pelos agricultores familiares e buscará aprofundar a evolução desta com o passar dos anos e ainda refletir as possíveis mudanças com a reforma da previdência proposta pelos atuais gestores do Brasil.

questão: Porque após a obtenção da aposentadoria rural, os aposentados migram para a sede da cidade de Nova Boa Vista- RS e qual a importância da aposentadoria neste cenário?

É importante ressaltar que a opção pela área de estudo justifica-se primeiramente por ser este fenômeno recorrente, sendo discutido de maneira informal na cidade, procurando melhor compreender esta realidade, também pelo município ser o de origem do pesquisador, facilitando assim o processo de pesquisa.

O campo do município de Nova Boa Vista apresenta-se bastante diversificado, com propriedades rurais predominantemente pequenas. A produção é voltada basicamente ao agronegócio, composto pelas cultivares de soja e de milho e, com menor intensidade, de trigo. Tem destaque também um grande potencial de produção e comercialização de leite. Além de cultivares para autoconsumo como feijão, batata e hortaliças (IBGE 2010). No entanto, é comum visualizar na paisagem do campo novaboavistense diversas propriedades que anteriormente eram ocupadas por moradores agora estarem abandonadas.

A presente pesquisa justifica-se, pela importância de entender este processo de esvaziamento do campo e migração para o espaço urbano por parte da população idosa após a obtenção da aposentadoria rural, uma vez que se pressupõe que a aposentadoria rural é uma política pública cujo objetivo é melhorar as condições de vida e permanência dos moradores no campo. Neste sentido a compreensão deste fenômeno torna-se necessária também para o município em questão entender este processo de esvaziamento do campo e para poder atentar para políticas públicas direcionadas para esta parcela da população, enquanto moradores do campo, e também posteriormente após a migração para o espaço urbano de Nova Boa Vista RS.

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Compreender o processo de migração campo-cidade por parte da população idosa após a obtenção da aposentadoria rural no município de Nova Boa Vista - RS.

Mais especificamente, busca-se identificar as razões que levam os aposentados a deixar o espaço rural e migrar para a cidade, após a conquista da aposentadoria.

Entender o papel da aposentadoria como indutora do processo de migração para a cidade.

Verificar a trajetória dos aposentados enquanto moradores do campo bem como os fatores determinantes na migração para a cidade.

Entender a rotina dos aposentados enquanto moradores da cidade e verificar quais atrativos ofertados pela cidade.

Para alcançar os objetivos propostos, a presente pesquisa constitui uma abordagem e análise qualitativa, destaca-se primeiramente a importância desta abordagem pela sua característica marcante de considerar os sujeitos e também todo o universo da pesquisa. Ressalta-se ainda, a importância de considerar as constantes transformações que vem ocorrendo na área da pesquisa e, dos fatos que na sua maioria integra-se, sendo necessária assim uma reflexão conjuntural dos fatores que os justificam. Este método é o mais apropriado uma vez que este “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e de sua mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 110).

Na pesquisa qualitativa, diferentemente da quantitativa que tem como principal análise os dados mensuráveis de valor, os entrevistados possuem uma maior liberdade para apontar os seus diferentes pontos de vista sobre determinada questão ou assunto que esteja relacionada ao objeto de estudo. Já conseguimos tirar uma primeira conclusão: a pesquisa qualitativa tem como essência descrever/caracterizar e não somente quantificar, o que de fato a torna muito mais complexa, porém não menos interessante.

No campo da Geografia, por exemplo, o debate metodológico é recorrente e cada vez mais se está evoluindo no que tange a pesquisa qualitativa nesta área, conforme destaca TURRA NETO (2012) a pesquisa qualitativa tem como algumas de suas características principais

- geralmente são estudos reduzidos a pequenas amostras, nos quais a preocupação é o estudo em profundidade de casos específicos e não estudos que procuram abarcar uma ampla variedade ou uma ampla escala de fenômenos; - a principal fonte de informação é o próprio contexto que está sendo investigado, sendo a experiência que o investigador tem dele (o diálogo que consegue estabelecer com os sujeitos de pesquisa), o principal instrumento de produção de informação; ela é descritiva, no sentido de que a descrição é uma

estratégia de não deixar escapar nenhum detalhe, pois algo que pode parecer insignificante num determinado momento torna-se relevante, quando soma-se a outras informações, produzidas em outros momentos a análise é tendencialmente indutiva. O esforço intelectual é para fazer uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978): que procura atingir teorizações a partir da interpretação do infinitamente pequeno. Por isso, a teorização não se afasta muito do caso. Trata-se do esforço de interpretar uma especificidade complexa; As teorias oferecem um vocabulário por meio do qual as interpretações podem ser expressas... um repertório de conceitos que se entrelaçam na descrição densa. Trata-se de um confronto, na verdade, entre a teoria acumulada e a realidade que coloca novos desafios para ser compreendida. E é esse confronto que faz da descrição densa muito mais que uma descrição gratuita e que permite com que o trabalho possa passar pela avaliação crítica dos pares. (TURRA NETO, p. 4, 2012).

A descrição densa, explanada por Geertz (1978), complementa a importância de aprofundar o processo de descrição dos fenômenos e de que esta descrição jamais será em vão, paulatinamente destaca-se ainda que num processo de pesquisa é de suma importância a inserção do pesquisador no cotidiano dos seus sujeitos, a fim de compreender como ocorrem as relações. A pesquisa qualitativa em síntese é a explanação de modo mais amplo e aprofundado possível de determinado fato ou fenômeno aqui denominado como objeto de pesquisa.

Oliveira (2007) afirma:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ainda conforme Minayo (2007):

[...] o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem. As abordagens qualitativas se conformam

melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2007, p. 57).

A abordagem qualitativa é utilizada para responder as especificidades da área de estudo e para obter resultados mais precisos acerca do lugar, levando em conta o cotidiano dos agentes envolvidos na pesquisa, valorizando desta forma o conhecimento, as histórias, valores e experiências para compreender a realidade e a trajetória dos moradores aposentados oriundos do campo do município de Nova Boa Vista – RS.

De acordo com Sposito (2002), por meio da dialética é possível interpretar os problemas do espaço geográfico, a relação causa-efeito, o princípio da determinação e indeterminação que cria dinâmicas territoriais, além de proporcionar a diferenciação entre processo e cronologia, ou seja, a interpretação dos diferentes fenômenos ao longo de determinado período de tempo de modo sistêmico.

Posteriormente a escolha da abordagem, estabeleceu-se a divisão dos procedimentos metodológicos a fim de alcançar os objetivos propostos.

Etapa1: Primeiramente realizou-se a revisão da literatura, através de um levantamento bibliográfico buscando estabelecer os principais conceitos e elementos que virão a fazer parte da pesquisa, sendo esta etapa de suma importância afim de se estabelecer o aporte bibliográfico da pesquisa sendo este feito de maneira detalhada e aprofundada contínuo em todo o processo do trabalho.

Foram consultados os mais diversos materiais bibliográficos⁶ referentes ao histórico e caracterização da área de estudo (o município de Nova Boa Vista RS), aposentadoria rural, histórico e evolução das políticas públicas para o campo, o processo de migração campo cidade atualmente e no decorrer da história, principais acontecimentos e marcos no campo brasileiro, ou seja, nesta etapa realizou-se a matriz teórica do trabalho.

Etapa 2: Constitui-se na coleta de dados, realizada junto aos aposentados que moram na cidade e que vieram após a obtenção da aposentadoria rural,

⁶ Estes materiais referem-se a folders, materiais impressos, revistas antigas, elaborados pelo município e também materiais de diversas fontes referentes a aposentadoria rural, disponíveis em meios eletrônicos.

por meio de trabalho de campo. A importância do trabalho de campo na pesquisa justifica-se, pois, segundo Marafon (2015, p. 34):

O trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão aprendendo a realidade [...].

Num primeiro momento foi realizada uma observação detalhada acerca da área de estudo, em que buscou-se compreender através de conversas informais com moradores do município, gestores e organizações sindicais uma aproximação prévia com um olhar investigativo acerca da área de estudo e dos sujeitos da pesquisa no decorrer do ano de 2017.

Suetergaray (2002) esclarece também que a pesquisa de campo é de fundamental importância para a Geografia uma vez que

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos (SUERTERGARAY, 2002, p. 66).

Neste sentido, para o pesquisador geógrafo, é de fundamental importância a etapa que contempla ao trabalho de campo uma vez que esta evidencia as possíveis hipóteses do fenômeno em questão bem como esclarece e aprofunda os fenômenos pesquisados.

Já no período de janeiro e fevereiro de 2018 foi realizado um trabalho de campo com entrevistas informais, além de conversas e observações. E no período de Outubro e novembro de 2018 foram realizadas as entrevistas semiestruturadas junto aos sujeitos⁷ da pesquisa. Sendo a importância desta destacada uma vez que:

⁷ Para a manter a ética e o sigilo da pesquisa, cada um dos sujeitos entrevistados será identificado com a letra S, e o respectivo número na ordem das entrevistas. Exemplificando:

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (FRASER; GODIM, 2004, p. 140).

A aplicação do roteiro das entrevistas semiestruturadas⁸ tem o intuito de dar suporte para a compreensão do processo de migração campo-cidade, destacando as suas motivações e vivência, e deixando espaço para os sujeitos destacarem fatos que julgarem importantes bem como para o pesquisador aprofundar questões que julgar necessário, conforme destaca Gil (2010, p.109), é uma possibilidade de “diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra fornecer informações”. Neste sentido também a entrevista semiestruturada, contempla os anseios do pesquisador uma vez que ela permite que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (LAKATOS, 2003, p.196). A elaboração das perguntas que compunham o roteiro de entrevistas ocorreu de modo a contemplar as questões que objetivavam a presente pesquisa.

Para a seleção dos sujeitos que fizeram parte do grupo de entrevistados, o primeiro entrevistado foi escolhido por saber-se previamente da sua origem e processo de migração após a aposentadoria. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística, sendo que esta amostragem “[...] não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador.” O tipo de amostragem não probabilística utilizada é por tipicidade ou intencional. Ela “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população [...]. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado” (GIL, 2008, p. 94). Utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo

“Segundo S01...” Foram realizadas 12 entrevistas das quais foram utilizadas para compor a base deste trabalho um total de 08 entrevistas.

⁸ Os roteiros das entrevistas semiestruturadas encontram-se nos anexos do presente trabalho.

indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). (BALDIN; MUNHOZ, 2011 p. 332).

As observações e conversas informais com os aposentados em suas residências e também com os demais entrevistados, tiveram o intuito de levantar o maior número possível de dados qualitativos, dando ênfase a sua trajetória de vida, com atenção especial ao processo de migração para a cidade.

Nesta etapa, foi realizado um levantamento de dados junto a sites oficiais como IBGE, SIDRA, INCRA, EMATER entre outros para verificar o número de imóveis rurais, o tamanho das propriedades rurais e sua evolução a fim de verificar como se encontra o espaço rural de Nova Boa Vista- RS atualmente e as principais transformações sofridas ao longo do tempo.

Etapa 3: a última etapa, foi o cruzamento dos dados coletados através das entrevistas bem como das observações a fim de realizar uma análise aprofundada acerca dos aposentados que partiram do campo para a cidade, constituindo assim uma proposta de dissertação de mestrado.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE PESQUISA

A população idosa representa uma parcela significativa da população, segundo o IBGE (2014) o Brasil possui cerca de 26 milhões de idosos, ou, 13% da população possui mais de 60 anos de idade, que são legalmente classificados como idosos. Mas qual o critério para alguém ser considerado idoso? Segundo Lenoir (1996) a determinação da idade apresenta origem em uma determinada prática social que é fruto de construções sociais, ou seja, a partir de elementos que o homem construiu socialmente e impôs para a sociedade, neste sentido a idade poderia ser também uma condição de classificação que poderia ser repensada.

Debert avança nesta reflexão dizendo que:

[...] a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem o fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seriam estágios pelos quais todos os indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal (DEBERT 1998, p. 9).

Neste sentido, a filósofa Simone de Beauvoir (1990) afirma que a temática não poderia ser compreendida senão em sua totalidade, pois ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural, ou seja, a velhice e a classificação enquanto categoria não contempla a ampla complexidade da temática.

Por outro lado, a padronização das etapas da vida pode ser justificada pela mudança da economia que anteriormente era de base doméstica e depois para uma embasada no mercado de trabalho, que apresenta a necessidade de utilizar a idade como fator fundamental para a organização social. Como afirma Debert (1998, p. 18)

Uma forma de vida, em que a idade cronológica era praticamente irrelevante, foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social. Estágios da vida são claramente definidos e separados e as fronteiras entre eles mais estritamente organizados pela idade cronológica. Essa institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas, que cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos (DEBERT 1998, p. 18).

Apesar destas diferentes concepções referentes a construção do que é idoso, do que é velhice e de que momento determinada camada da população passa a “enquadrar-se” como determinada categoria, é válido aprofundar-se no que se refere a riqueza de informações, histórias, e dados que podem ser obtidas com estas pessoas que presenciaram inúmeras vivências no decorrer de suas vidas, através das suas diferentes memórias.

Ecléa Bosi (2004) destaca a ligação íntima entre a memória e a vida social, em que a contribuição da memória dos mais velhos deve ser valorizada e perpassada as suas contribuições para as novas gerações. Neste sentido, de valorizar os aspectos qualitativos quando se trata de realizar uma pesquisa, a memória é um patrimônio infinito, por isso justificando a importância da

utilização de alguns de seus fragmentos para a construção deste trabalho. Bosi (1994) destaca que lembrar significa aflorar o passado, combinando com o processo corporal e presente da percepção, misturar dados imediatos com lembranças. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações.

Bosi (2004), enfatiza o cuidado e compromisso que se deve ter com a população idosa, bem como a atenção para com esta,

Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo. (...) Esgotada sua força de trabalho, sente-se um pária, e é comum que o escutemos agradecendo sua aposentadoria como um favor ou esmola. (...) Como reparar a destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade da competição e do lucro? Cuidados geriátricos não devolvem a saúde física nem mental. A abolição dos asilos e a construção de casas decentes para a velhice, não segregadas do mundo ativo, seria um passo à frente. Mas, haveria que sedimentar uma cultura para os velhos com interesses, trabalhos, responsabilidades que tornem sua sobrevivência digna (BOSI, 2004, p. 80).

Pode-se afirmar, no entanto que é de suma importância valorizar a memória enquanto uma categoria de análise dentro da pesquisa qualitativa, e, que a memória deve ser reconstruída para novamente poder trazer a tona algumas questões que já estavam acomodadas no passado, revivendo-as, relembando o seu protagonismo enquanto sujeitos que foram, construtores de suas histórias de vida.

Para atender aos objetivos propostos pela presente pesquisa, a dissertação está dividida em 5 capítulos, onde que o primeiro capítulo trata da introdução e o ultimo refere-se as considerações finais.

O primeiro capítulo que é a introdução trata de explicar a temática da pesquisa, os objetivos, a justificativa e busca contextualizar brevemente a área de estudo bem como descreve os passos da pesquisa através da metodologia escolhida para atingir aos objetivos propostos.

O segundo capítulo refere-se a uma parte do referencial teórico, denominado de A história e a evolução dos direitos previdenciários no campo, este capítulo de cunho teórico buscou apresentar a origem dos direitos previdenciários no campo no Brasil desde a promulgação da Lei Eloy Chaves, bem como discutir alguns pontos referentes a luta dos camponeses pelos seus

direitos, além de tratar da reforma trabalhista para os camponeses e de questões atreladas ao Estatuto do Trabalhador Rural e das Ligas Camponesas.

O terceiro capítulo: O processo de esvaziamento do campo, trata do processo de esvaziamento do campo tanto o Brasil como em outros países como é o caso da Inglaterra tratado por Engels e também aponta alguns estudos de Kautsky, busca definir alguns conceitos de rural e urbano e também traz alguns dados do êxodo rural no Brasil.

O quarto capítulo intitulado Os aposentados que migram para a cidade depois da aposentadoria, traz a tona as questões encontradas durante o processo investigativo de pesquisa para buscar responder as motivações dos aposentados que migraram para a cidade após a aposentadoria, onde se buscou relacionar os dados da pesquisa com estudos teóricos já realizados referentes às diversas situações encontradas no percurso da pesquisa.

Por fim se apresentam as considerações finais, com a intensão de trazer algumas reflexões sobre a temática estudada e alguns resultados da proposta inicial de pesquisa.

2. A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS NO CAMPO

Neste capítulo busca-se apresentar a evolução dos direitos previdenciários no campo bem como as suas principais alterações ao longo do tempo. Sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Destaca-se também a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência e suas alterações no sistema previdenciário do campo. Mead (1995) a define política pública’ como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) enfatiza que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos, já Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Não existe um consenso quando se trata do conceito de política pública, Souza (2006) classifica política pública como um campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. A definição mais conhecida, ainda segundo Souza (2006) é a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, o porquê e que diferença faz.

As políticas públicas voltadas para os moradores do campo por muito tempo estiveram no segundo plano dos governantes, este cenário começou a modificar-se com o processo de lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais.

No período que compreende as três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, estas beneficiaram também aqueles menos favorecidos socioeconomicamente, especialmente no meio rural (GRISA;

SCHNEIDER, 2016), neste contexto de políticas públicas, a aposentadoria rural surge numa perspectiva atrelada aos moradores e trabalhadores do campo.

A necessidade de refletir as políticas públicas para vai ao encontro com o aumento da taxa de envelhecimento populacional que é um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil, principalmente devido ao aumento da expectativa de vida, fruto das melhores condições de vida da população. O envelhecimento da população está atrelado a uma série de fatores como a diminuição da taxa de fecundidade, devido à introdução e difusão de métodos contraceptivos orais; o aumento da escolaridade feminina, e sua maior inserção no mercado de trabalho, além da transição da população da área rural para urbana e, também, a queda da taxa de mortalidade (Camarano, 2002).

Segundo a Constituição 1988 e, também do Estatuto do Idoso⁹, é dever tanto dos filhos como do Poder Público a garantia de que a população idosa tenha condições dignas de viver sua velhice. Destaca-se a importância da aposentadoria como um direito conquistado pela população idosa, marcado por inúmeras lutas por parte da classe trabalhadora que tem início anterior ao ano de 1923.

Os direitos previdenciários no Brasil têm sua oficialização com a lei Eloy Chaves datada no ano de 1923, através do decreto nº 4682 de 24 de janeiro deste mesmo ano. A lei Eloy Chaves previa a criação de Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAPS)¹⁰ para os empregados permanentes de empresas de estradas de ferro existentes no Brasil. A contribuição dos empregados era equivalente a 3% dos seus respectivos vencimentos enquanto a empresa contribuía com 1% sobre a sua renda bruta.

⁹A Constituição Federal do Brasil de 1988 no Art. 229 indica ainda, os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, Constituição Federal do Brasil, 1988, p. 126). É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Estatuto do Idoso, Lei 10.741, art. 3º).

¹⁰As CAPS eram instituições privadas, administradas pelas próprias empresas através de um conselho de administração composto pelo superintendente ou inspetor geral das empresas, dois empregados (caixa e pagador) e por mais dois empregados, eleitos a cada três anos pelos próprios funcionários das empresas. O fundo destas Caixas era formado através de contribuições patronais e taxas cobradas dos usuários destes serviços (usuários das Estradas de Ferro). Fundamentava-se através de um sistema tripartite composto por Estado, empresa e os trabalhadores.

Anterior a lei Eloy Chaves, também nas primeiras décadas do século XX, os planos previdenciários beneficiavam apenas aos oficiais da marinha e do exército, bem como os seus dependentes, posteriormente foram criados programas atendendo grupos estratégicos de funcionários públicos, bem como os grupos sociais organizados fundamentais para o funcionamento regular da economia (por exemplo: ferroviários e portuários). (Schwarzer, 2000, p. 6).

A Lei Eloy Chaves não foi pensada e executada com o intuito de oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores, mas sim como uma espécie de “troca de favores” entre Eloy Chaves (deputado na época) e a classe ferroviária

Se Eloy Chaves tinha ligações profundas tanto com o café como com as ferrovias, nada mais natural do que defender os interesses desses setores junto ao Parlamento. E isso se torna mais premente num período em que ainda havia o trauma das grandes greves gerais do fim dos anos 10 e começo dos anos 20 e o receio de que novas ondas paredistas se estendessem ao meio ferroviário, setor vital para a produção cafeeira e, por consequência, para todo o país. Ao que nos parece, ao propor o projeto de lei de caixa de aposentadoria e pensões dos ferroviários no Parlamento, o deputado paulista nada mais faz do que um aceno à sua base eleitoral, tentando conter os ânimos dos trabalhadores que, além de servir diretamente às ferrovias e indiretamente ao café, eram seus eleitores cativos (SEGURA, 2017 p. 78).

A aprovação da lei Eloy Chaves não ocorreu de maneira pacífica, sendo marcada por mobilizações significativas do proletariado, na busca por direitos trabalhistas, entretanto não existia uma preocupação para com as populações da área rural a fim de integrá-las ao sistema de previdência social. Neste sentido, a aprovação da lei Eloy Chaves buscou seu fortalecimento em setores intelectuais da classe média urbana e com membros da burguesia industrial visto que os representantes do setor agrário eram contra a aprovação da lei.

A promulgação da Lei de Acidentes de Trabalho em 1919 e a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões em 1923, ocorreu devido à mudança de postura do Estado frente às demandas sociais colocadas em pauta pelos movimentos grevistas que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e nos salários, bem como da influência internacional dos países vizinhos e da repercussão do Tratado de Paz de Versailles de 1917. O financiamento e a gestão das caixas ocorriam no sistema tripartite (BARBOSA, 2005, p.12).

É neste período que cria raízes o esquema clássico, onde o empregado renuncia a parte de sua renda no presente, para garantir o recebimento futuro do benefício da aposentadoria (BEZERRA, 2006, p. 48).

No ano de 1930 ocorria a Revolução de 1930 que viria a culminar no Golpe de 1930 e a futura posse do governo de Getúlio Vargas. Vargas passou a atuar mais próximo a sociedade, neste cenário marca a mudança do papel do Estado e de sua capacidade de imporem-se as oligarquias regionais, ocorrendo assim a Secretaria de Estado chamada de Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio promulgado através do decreto nº 19433 de 26/11/1930, cujas atribuições estavam direcionadas a orientação e supervisão da Previdência social. (SCHEIFELBEIN, 2011).

A partir do ano de 1932, durante o governo Vargas, o sistema de Caixas sofre alterações e é instaurado o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS)¹¹. Com a inserção deste modelo, o sistema de instituto passa a ser legítimo em todo o território nacional, diferentemente do sistema anterior de Caixas que possuía validade apenas em âmbito regional. Neste modelo cada trabalhador era pertencente a um sistema de atividade ao qual fazia parte (bancos, transporte indústria), não existindo um sistema unificado. Os trabalhadores rurais não eram contemplados por este sistema, embora a constituição de 1934 já estabelecesse que todo trabalhador brasileiro possuísse direito à proteção da previdência social. (SCHWARZER, 2000).

Biolchi (2002) destaca o insucesso deste sistema de Caixas devido a sua inviabilidade econômica e explica que:

Na visão de Faleiros (2000) os custos e o tamanho das CAPs provocaram sua falência. Os Institutos que substituíram as Caixas responderam a uma racionalização tecnocrática, a uma centralização federal, uma cooptação da classe operária. Segundo este autor, a criação dos Institutos permitiu aos patrões diminuir suas despesas administrativas e socializar o custo das CAPs, através da contribuição dos trabalhadores. O governo Getúlio Vargas pretendia utilizar esses recursos como forma de estimular a industrialização no país (BIOLCHI, 2002, p.12).

¹¹Os IAPS tinham como característica principal, a criação de diferentes categorias, onde cada categoria era responsável por um fundo. A contribuição para o fundo era custeada pelo empregado, empregador e pelo governo. A contribuição dos empregadores incidia sobre a folha de pagamento. O Estado financiava o sistema através de uma taxa cobrada dos produtos importados. Os empregados eram descontados em seus salários. A administração do fundo era exercida por um representante dos empregados, um dos empregadores e um do governo. Além dos benefícios de aposentadorias e pensões, o instituto prestava serviços de saúde.

Após implementação da portaria 395, no ano de 1945 Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7.526, de 7 de maio de 1945) criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), tendo como um de seus principais avanços a administração única e controle centralizado. Neste decreto apontava a inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social.

Ocorria a partir de então a unificação de todas as instituições previdenciárias existentes bem como a extensão do benefício a toda a população ativa do país. Apesar da notória importância da aplicação desta iniciativa que buscava universalizar a previdência social, o governo empossado no ano de 1946 não conseguiu aplicar efetivamente a suas ações. (SCHIEFELBEIN, 2011).

Dentro do campo das políticas sociais, o aparato legal e institucional abarcado sob a designação de Seguridade Social distingue-se por incluir benefícios de prestação continuada como aposentadorias e pensões e outros esporádicos - como auxílio-natalidade, auxílio doença, auxílio-reclusão - todos eles voltados para assegurar a reprodução do trabalhador e de seus dependentes em uma situação de risco, à qual supõe-se que o cidadão não teria condições, ou não deveria enfrentar com suas possibilidades individuais (FLEURI. 1994, p.153).

No ano de 1955, ocorreu a criação do Serviço Social Rural, vinculado ao Ministério da Agricultura, conforme a Lei Nº 2.613 de 23 de setembro de 1955¹² que tinha como objetivos: (a) prestação de serviços sociais ao meio rural, (b) elaboração de estatísticas salariais e (c) estímulo à criação de cooperativas. Tendo este serviço a clara intenção de ser algo meramente assistencialista, atendendo as diretrizes da Primeira Conferência Rural Brasileira, realizada no

¹² A presente lei, dentre as especificações que tangem aos moradores e trabalhadores do campo define que em seu Art. 3º O Serviço Social Rural terá por fim: I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne: a) à alimentação, ao vestuário e à habitação; b) à saúde, à educação e à assistência sanitária) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra. II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural; III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas; IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais; V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo; VI. Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

mesmo ano, sendo esta a primeira vez que aparecia a discussão de uma política pública assistencialista voltada para os moradores e trabalhadores do campo.

A exclusão dos trabalhadores rurais do sistema previdenciário se dá pelo fato dessa classe possuir pouca representatividade naquele momento. Apesar da população rural até 1960 ser majoritária, não conseguia pressionar o Estado em seu então molde populista/paternalista estendesse ao trabalhador rural.

Como resultado, nas políticas sociais governamentais das décadas de 30, 40 e 50 foram incluídos quase todos os trabalhadores urbanos e a maioria dos trabalhadores autônomos, mas categorias profissionais ficaram fora da cobertura: entre estes estavam os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. A exclusão dos trabalhadores rurais devia-se ao conformismo rural, até meados da segunda metade da década de 50, e das outras categorias profissionais explicava-se pela dificuldade de organização das demandas de profissionais caracterizados pela fragmentação e dispersão (BRUMER, 2002, p. 54).

Os primeiros mecanismos de acesso a proteção social surgiam no intuito de abarcar uma camada da população quase que totalmente urbana. A organização efetiva dos trabalhadores rurais começou somente a partir do surgimento das ligas camponesas, ao final da década de 1960, tendo como eixo norteador a luta pela Reforma agrária e por melhores condições de trabalho.

As Ligas Camponesas¹³ são consideradas uma das principais organizações de articulação política e reivindicação por direitos aos moradores e trabalhadores do campo, servindo de base posteriormente para a formação de movimentos sociais e organização de trabalhadores. Entre as suas marcas está a defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais. As ligas camponesas contestam a estrutura fundiária concentrada e a monocultura (SANTOS, 2009).

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária. Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos

¹³ O sub- capítulo 2.1 tratará especificamente das Ligas Camponesas e do Estatuto do Trabalhador rural bem como das organizações sociais.

latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964 (OLIVEIRA, 2001 p. 07).

Brumer (2002) complementa que medidas relativas à organização dos trabalhadores rurais foram adotadas em várias leis, na década de 60, viabilizando posteriormente a associação entre os sindicatos de trabalhadores rurais e a previdência social rural. Entre aquelas estavam a Portaria 395, de 17 de julho de 1965, que estabeleceu o processo de fundação, organização e reconhecimento dos sindicatos e o que significa, para fins de sindicalização, Empregador Rural e Trabalhador Rural; o Decreto-lei 276, de 1967, que transfere para o comprador a obrigação de recolher a contribuição de 1% sobre os produtos rurais e restringe o plano de benefícios, preconizado no Estatuto do Trabalhador Rural, à prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais) e o Decreto-lei 789, de 27 de agosto de 1969, que redefine, para fins de sindicalização, o significado de Empregador Rural e Trabalhador Rural, introduzindo o módulo rural como elemento diferenciador, restringindo a existência de um único sindicato, em cada município, para representar a mesma categoria profissional. Essa legislação viabilizou a regulamentação dos sindicatos rurais, dando impulso à organização sindical de trabalhadores rurais e de produtores/empregadores rurais no país. (BRUMER, 2002).

A Lei complementar número 4.214 de 1963 é marcada pela inserção do trabalhador rural na previdência social através do Estatuto do Trabalhador Rural, esta lei foi revogada pela Lei nº 5.889 de 1983 que institui as normas reguladoras do trabalho rural. Que trata dentre outros dos seguintes artigos:

Art. 1º As relações de trabalho rural serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/1943. Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Art. 3º - Considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agro econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados. Art. 4º - Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que,

habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem (BRASIL, 1983).

O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado num momento em que vinham repetindo-se conflitos sociais em torno do problema da Terra, o homem do campo neste momento encontrava-se mobilizado politicamente pelas Ligas Camponesas, que se mostra decidida no início da década de 60 a lutar por melhores condições de vida e de trabalho no campo (FERRANTE 1976).

Conforme a lei nº 5.889 de 1983, os trabalhadores rurais passariam a ter a garantia de seus direitos sociais assegurados, juntamente com a criação do FUNRURAL¹⁴, na teoria, pois da prática às medidas de previdência social ficaram bastante limitadas pela escassez de recursos financeiros.

Em 1967 o Estatuto do Trabalhador Rural é repensado e ganha destaque a discussão em torno da criação do INPS Instituto Nacional de Previdência Social

O Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto-Lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, que tentou adequá-lo às suas reais possibilidades. A arrecadação das contribuições foi entregue ao recém-criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o plano de prestações ficou limitado às assistências médica e social, suprimindo-se os benefícios em dinheiro. O Decreto-Lei 276 alterou também a sistemática da contribuição, que continuava a ser recolhida como percentual da primeira comercialização do produto rural, mas passava a ser obrigação do adquirente e não mais do produtor, a menos que esse processasse a transformação do próprio produto. Tal medida tinha por objetivo facilitar a fiscalização, uma vez que se esperava que a empresa que industrializasse o produto já estivesse vinculada ao sistema previdenciário (BELTRÃO; DE OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000, p. 03).

No ano de 1969 é implementado o Decreto de Lei 564 de 10 de maio de 1969, que objetivava alcançar de fato efetivamente os trabalhadores rurais, denominado de Plano Básico de Previdência Social, com o intuito de beneficiar inicialmente apenas empregados e empregadores do setor canavieiro, sendo posteriormente estendido para outras atividades rurais em junho do mesmo

¹⁴**Funrural** é uma contribuição social que deve ser paga pelo produtor rural em percentual sobre o valor total de suas receitas. Quem recolhe esta contribuição é a empresa para quem o produtor vendeu, mas o contribuinte é o produtor.

ano. Não alcançando resultados satisfatórios o decreto é substituído em 1971 pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural)¹⁵.

[...] destinado à prestação de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes. A responsabilidade pela execução do programa coube ao Funrural, ao qual foi atribuída a personalidade jurídica de natureza autárquica. Ficou equiparado ao trabalhador rural, pela Lei Complementar 11, o produtor que trabalha na atividade rural sem nenhum empregado. Posteriormente, pelos Decretos 71.498, de 5 de dezembro de 1972, e 75.208, de 10 de janeiro de 1975, os benefícios do Pró-Rural foram estendidos, respectivamente, aos pescadores e aos garimpeiros. No ano de 1974, o elenco de benefícios da previdência social rural foi acrescido de duas novas espécies: a) o amparo previdenciário para os maiores de 70 anos e inválidos definitivamente incapacitados para o trabalho, que não tivessem outra fonte de renda (Lei 6.179, de 11 de dezembro); e b) o Seguro Acidentes de Trabalho Rural (Lei 6.195, de 19 de dezembro). Cabe destacar que não estava prevista pela legislação nenhuma fonte de custeio para o amparo previdenciário. Este, um benefício assistencial, foi mais tarde incorporado ao correspondente benefício urbano (rendas mensais vitalícias por idade e por invalidez permanente). Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1996, ele foi extinto. Os empregadores rurais, até então à margem do sistema que se implantava, foram incluídos entre os beneficiários do Funrural pela Lei 6.260, de 6 de novembro de 1975, passando a ter direito aos seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, readaptação profissional e serviço social (BELTRÃO; DE OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000 p. 4).

Conforme esclarece Beltrão (2000), até o ano de 1977 os beneficiários rurais e urbanos eram assistidos por órgãos distintos, FUNRURAL e INPS respectivamente. Somente no ano de 1977, através criação da Lei 6.439, de 1º de setembro de 1977, as duas clientelas foram unificadas, dando origem neste momento ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Com a criação do SINPAS, ocorreu a extinção do Funrural, desta maneira a gestão e manutenção ficou a cargo do INPS, já a assistência médica

¹⁵O Pró-Rural em seus artigos primeiro e segundo apresenta-se da seguinte maneira: Art. 1º É instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), nos termos da presente Lei Complementar § 1º Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL - , diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma do que dispuser o Regulamento desta Lei Complementar. § 2º O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União e terá por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado para os atos do âmbito deste. Art. 2º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios: I - aposentadoria por velhice; II - aposentadoria por invalidez; III - pensão; IV - auxílio-funeral; V - serviço de saúde; VI - serviço de social.

a partir desse momento fica ao encargo de uma autarquia criada para este fim: o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), já a administração ficou ao encargo de outra autarquia o (IAPAS), na finalidade de promover a gestão administrativa, financeira e patrimonial do sistema. A assistência social às populações carentes ficou sob a competência da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). Além dessas entidades, integram o Sinpas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e a Central de Medicamentos (CEME). (Beltrão, 2000).

É importante destacar ainda, a questão de gênero existente no acesso aos direitos previdenciários, enfatizando que a inclusão dos trabalhadores rurais aconteceu de modo tardio, mas a inserção das mulheres foi mais tardia ainda principalmente pelo fato da mulher não ser reconhecida como trabalhadora rural, sendo o papel a elas atribuídas de “ajudantes” nas tarefas desenvolvidas pelo homem (Brumer, 2002).

No que se refere aos valores referentes a aposentadoria rural, destaca-se que anteriormente a constituição de 1988, organizava-se da seguinte maneira:

Até a Constituição de 1988, a elegibilidade para obtenção do benefício rural de aposentadoria por idade era definida em 65 anos de idade (como também para o trabalhador urbano do sexo masculino), limitado ao cabeça do casal. Os valores das aposentadorias eram de 1/2 salário mínimo, a não ser o da aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, que era de 3/4 do salário mínimo. O benefício de pensão tinha um valor ainda inferior. Para o custeio, além da alíquota de 2,5% sobre o valor da primeira comercialização do produto rural, foi criada a de 2,4% sobre a folha de salários urbana. Paralelo aos benefícios previdenciários, foram também criados os assistenciais: as rendas mensais vitalícias por idade (elegibilidade aos 70 anos) e por invalidez, com valor também de 1/2 salário mínimo, que cobriam a parcela da população rural que não podia de alguma forma comprovar a atividade (BELTRÃO; DE OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000 p. 4).

Com a instituição da constituição de 1988, foi possível verificar uma maior universalização do sistema resgatando, ainda que parcialmente, a dívida histórica com o homem do campo. A partir de então, agricultores familiares, assalariados rurais, independentes do gênero, passaram a fazer parte do Regime Geral da Previdência Social, igualando-se aos indivíduos do meio

urbano, ou seja, tem fim um longo período de discriminação em relação à população rural. O artigo nº 195 foi regulamentado pela Lei nº 8.212¹⁶ que trata da Organização e Custeio da Seguridade Social e pela Lei nº 8.213¹⁷ que se refere ao Plano de Benefícios da Previdência Social. (BEZERRA, 2006).

Com efeito, segundo Guimarães (2007), a situação dos trabalhadores rurais, a partir da Constituição Federal de 1988 é bem diferente do que era antes: os direitos dos empregados rurais foram igualados aos dos empregados urbanos; houve redução de idade para aposentadoria; os respectivos cônjuges passaram a ter direito à aposentadoria e nenhum benefício seria inferior ao salário mínimo.

O ano de 1991 é marcante pelo surgimento das leis 8.212 e 8.213 de julho do decorrente ano que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão de obra permanente ou eventual.

Ao inaugurar-se a previdência rural de fato em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da previdência (Leis 8.212 e 8.213 de junho de 1991), chegou ao meio rural um sistema de

¹⁶ Dentre suas especificações a lei 8.212 de 1991 estabelecia: A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes: a) universalidade da cobertura e do atendimento; b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; d) irredutibilidade do valor dos benefícios; e) equidade na forma de participação no custeio; f) diversidade da base de financiamento; g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

¹⁷ Enquanto a lei 8.2013 de 1991 estabelece Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos: I - universalidade de participação nos planos previdenciários; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; IV - cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente; V - irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; VI - valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo; VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional; VIII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados. Parágrafo único. A participação referida no inciso VIII deste artigo será efetivada a nível federal, estadual e municipal.

atendimento ao trabalhador rural informal e à agricultura de subsistência, remetido no contexto da constituição federal de 1988 (art. 194, §8º) ao conceito genérico de “regime de economia familiar”. Isso na realidade, é uma novidade no sistema previdenciário, que desde sua criação em 1923 circunscrevia-se ao contrato formal de trabalho das categorias ocupacionais urbanas” (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999, p. 21).

Com a regulamentação da nova configuração da previdência social através dos decretos anteriormente aprovados (principalmente após a Constituição de 1988), um dos principais benefícios agora vigente, foi o fato do valor mínimo pago a trabalhadores urbanos e rurais passar a ser de um salário mínimo. As mulheres do meio rural passam a ter o direito de se aposentar e a idade mínima para a aposentadoria rural é definida em 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens. Este processo de concessão de benefícios gerou um certo desconforto e tensões por parte dos governantes, conforme destaca Brumer (2002 *apud* NOGUEIRA, 2000).

A partir do Governo Collor (1990), o país adota claramente uma perspectiva neoliberal, que se traduz, no que diz respeito à previdência social, na visão dos direitos sociais cada vez mais como ‘problema’ e menos como ‘obrigação’; *chegam a ser apresentados como ‘ameaça à democracia’, como obstáculo ao ‘saneamento das finanças públicas’, agentes do processo inflacionário, ‘pura expressão de interesses corporativos’* (Nogueira, 2000). As conquistas sociais da legislação de 1988 passam a ser *responsabilizadas pelos ‘excessos’ que estariam a turvar a racionalidade do Estado e a prolongar ‘injustiças’* (BRUMER, 2002, p. 32 *apud* NOGUEIRA, 2000).

O período de 1995 e 1996 fica conhecido como o período do “represamento dos benefícios” da previdência rural pois, devido a alterações nos procedimentos até então praticados pelo INSS, com intuito de conter fraudes¹⁸ que se verificavam nas concessões. ocorreu um significativo incremento no número de solicitações de aposentadorias indeferidas. (BRUMER, 2002).

No que se refere a arrecadação do sistema previdenciário rural, tem-se a contribuição sobre o valor da produção comercializada (2,3%), sendo a

¹⁸Até esta data, o principal documento utilizado para o(a) trabalhador(a) rural requerer a aposentadoria era a declaração do sindicato, que era a seguir homologada pela Promotoria Pública do Município através de um procedimento bastante simples. As novas exigências do INSS passaram a incluir a apresentação de documentos comprobatórios para atestar os anos trabalhados, entre os quais estavam o Cadastro de Propriedade do Imóvel no INCRA, o Contrato de Arrendamento e o Bloco de Notas de venda da produção, os quais raramente são emitidos em nome das mulheres cônjuges.” (BRUMER, 2002, p. 64).

responsabilidade do recolhimento do comprador ou do agricultor. Além da contribuição sobre a folha de pagamento do setor produtivo rural (do empregador, dos autônomos e dos empregados formais) e a contribuição sobre a folha de pagamento urbana (do empregador urbano), vinculada ao setor rural. (BEZZERRA, 2000).

Conforme Delgado e Castro (2003):

Ao ser regida por novas regras, a Previdência Rural passou por uma reorganização - ampliação do número de beneficiários e aumento do valor do benefício - que inclui seus mecanismos de financiamento e de gestão político institucional. Por outro lado, ao ser instituída no interior da Previdência Social, passou a fazer parte desse sistema político de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas previdenciárias torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada por elas, mas também condicionando-as (DELGADO; CASTRO, 2003, p. 7).

Inicia-se assim uma lógica de universalização do sistema previdenciário, em todas as suas dimensões. No Brasil, principalmente após a década de 1990, a previdência social se torna uma das principais políticas de seguridade social e de combate a pobreza. Anterior a este cenário de universalização, o direito ao auxílio era restrito apenas a determinados grupos, como os chefes de família, por exemplo, que tivessem problemas que afetariam sua capacidade de trabalhar.

A universalização dos direitos previdenciários passaria agora a enquadrar-se numa lógica de concessão de benefícios sem a exigência de contribuição direta para os gastos com os processos de implementação desta política. Assim a política de concessão de aposentadoria e pensões torna-se uma política de combate à pobreza (BEZZERRA, 2000).

Alguns autores como Cohn (1996), por exemplo, constroem algumas críticas sobre este sistema de pensões e aposentadorias assistencialistas, haja vista que a alocação de recursos aumentaria também a transferência do poder de decisão principalmente para as esferas subestatal ou não governamental vinculados à existência de convênios e/ou contratos, tem-se desta forma o cenário ideal para a implementação e desenvolvimento de velhas práticas, como o clientelismo assistencialista.

Em contrapartida, Bezerra (2006) enfatiza que:

[...] cabe a sociedade brasileira responder a esta indagação, se deve optar por um modelo - universalizante - onde os fundamentos estão no resgate de uma dívida social histórica com o rural, com base no acesso a direitos sociais igualitários e universais, destinando à previdência social rural o papel de política pública de redistribuição de renda. A outra possibilidade é a adoção de um modelo pré-contributivo e de focalização, onde a previdência social rural torna-se mais uma das tantas políticas públicas seletivas e de caráter analítico meramente econômico centrado nos objetivos estritamente superavitários. Esta também possibilita o aprofundamento do clientelismo assistencialista, lógica amplamente utilizada pelas elites brasileiras para este tipo de política pública (BEZERRA, 2006, p. 61).

Os benefícios pagos à clientela rural representam como indicam certos estudos, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família, que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho (SCHIEFELBEIN, 2011).

Conforme destacado, pode-se observar que a universalização dos direitos previdenciários para a população do meio rural não se deu por acaso, uma vez que os avanços no que tange aos direitos adquiridos por parte desta parcela da população é marcado por lutas e pressões dos trabalhadores rurais juntamente com suas organizações. Por muitos anos essa população não fora assistida por nenhuma política que abarcasse os problemas enfrentados por estes sujeitos.

No ano de 2016 ocorreu no Brasil uma reconfiguração política, marcada por diversos acontecimentos marcantes, como o impeachment da presidenta eleita. Quando assume o novo governo, uma de suas principais marcas é um número significativo de reformas, como a já instaurada reforma trabalhista e também a implementação de uma reforma previdenciária.

Dentre as alterações que afetam aos trabalhadores e moradores do campo, destaca-se que a reforma trabalhista instaurou diversos pontos que podem acabar fragilizando esta categoria, como por exemplo, o chamado “negociado sobre o legislado” em que os pactos ou acordos entre trabalhadores e patrões são preponderantes sobre a legislação, razão pela qual estes não poderão ser questionados perante a justiça, deixando os trabalhadores a mercê de qualquer reivindicação que possa vir a surgir.

Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Ademir Mueller em entrevista para o jornal da FETAEP (2017, p. 4), isso pode enfraquecer as categorias profissionais, já que o trabalhador não terá mais a proteção da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre Sindicato e empresas. Para o trabalhador rural, será ainda pior, pois ele não terá a força necessária para lutar com os grandes proprietários e empresas, destaca Mueller.

É válido lembrar ainda que outra alteração que está em vigor, refere-se a jornada de trabalho que anteriormente era de 8 horas diárias e agora passa a ser de até 12 horas, além do período de intervalo para refeição e descanso que passa a ser de apenas 30 minutos. Outro fator que se altera também, refere-se a remuneração que pode ser feita por produtividade, além da troca de dia de feriado, enquadramento do grau de insalubridade, entre outros.

Além da reforma trabalhista já aprovada, está em curso também no senado, a votação da PL nº 6.442/2016 que regula o trabalho rural onde destacam os governantes que a mesma já está defasada haja vista a sua aprovação que a regula atualmente ser datada do ano de 1973, regida pela lei 5.889 de 1973.

Entre as inovações pretendidas pelo PL nº 6.442/2016, que são muitas em vista dos seus 166 artigos, merecem destaque: a possibilidade do trabalhador ser remunerado com salário mais moradia e/ou parte da produção local (alimentos ou animais); a flexibilidade da jornada de trabalho, mediante negociação entre empregador e empregado, para que este possa trabalhar até 12 horas por dia, com remuneração a título de hora extra do que ultrapassar as 8 horas diárias ou estipulação de banco de horas; o trabalho por 18 dias seguidos para o empregado que tiver residência em cidade distante do local de trabalho, mediante iniciativa deste, com a finalidade de usufruir de folga prolongada com a sua família; a venda de férias mediante iniciativa do empregado que morar na própria propriedade (SANTOS, 2017).

Além da reforma trabalhista, foi encaminhada também no ano de 2017 a reforma da previdência, que prevê alterações para a população rural, cujas principais alterações estão sistematizadas no quadro a seguir.

Quadro 3 - O que muda com a Reforma Trabalhista para o camponês

Proposta	Impactos aos Trabalhadores Rurais
<p>Art. 3.º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural ou agroindustrial, sob a dependência e subordinação deste e mediante salário ou remuneração de qualquer espécie.</p>	<p>A proposta prevê alternativas para o pagamento como alimentos, moradia, ou parte da produção, o que ocasionaria perda na autonomia dos trabalhadores no que se refere à forma de pagamento.</p>
<p>Art. 5.º Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.</p>	<p>Regulariza a jornada de trabalho para 12 horas consecutivas sem o pagamento de horas extras, o que é um retrocesso visto que atual carga horária permitida é de 8 horas diárias.</p>
<p>§ 5.º Ao trabalhador rural, residente no local de trabalho, fica assegurado o direito de venda integral das férias regulares, desde que previsto em acordo coletivo ou individual sem prejuízo dos proventos regulamentares de suas férias, mediante concordância do empregador.</p>	<p>Legaliza a venda integral das férias. Como o salário do trabalhador já é naturalmente baixo, com esta normativa o trabalhador tende a vender todo o seu tempo de descanso.</p>
<p>Art. 166. Revogam-se a Lei nº 5889, de 8 de junho de 1973 e a Portaria nº 86, de 03/03/05, que aprovou a</p>	<p>Não garante que os empregadores forneçam aos empregados condições salubres para o exercício de suas</p>

<p>Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no 45 Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5913 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO PL 6442/2016 Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31.</p>	<p>atividades, de equipamentos de segurança que garantam a integridade física dos trabalhadores. Piorando assim ainda mais as condições de trabalho.</p>
<p>No que se refere a idade para obtenção da aposentadoria por parte dos trabalhadores rurais, será mantida a idade de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres.</p>	<p>O trabalhador rural terá que comprovar contribuição por no mínimo 15 anos com a previdência para ter o direito a aposentadoria</p>

Fonte: PL nº 6.442/2016 (2016)
 Organização: SCHUMACHER, J, D. (2018)

2.1 AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS, O ETR E AS LIGAS CAMPONESAS

No ano de 1932, foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde num primeiro momento faziam parte pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar, até o fim de 1931, outros seis sindicatos rurais já haviam sido reconhecidos pelo governo. O programa da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, pregava um desenvolvimento econômico mediado pelo conceito corporativista de sindicalização, como maneira de organizar as forças produtivas da sociedade e assim pacificar os conflitos gerados (WELCH, 2004).

A sindicalização dos trabalhadores rurais também foi desejada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), responsável, posteriormente pela formação das Ligas Camponesas. Na ideologia deste partido, o camponês faria parte da classe trabalhadora e deveria ser organizado e mobilizado junto aos operários urbanos para construir e fortalecer o proletariado que um dia tomaria o poder e construiria o comunismo no mundo (WELCH, 2004).

São diversos os momentos em que os camponeses buscaram resolver tensões sociais quando sentiam-se injustiçados ou então desfavorecidos, buscando resistir e lutar pelos seus direitos, como ocorreu primeiramente entre a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, contra a expropriação territorial feita por grandes proprietários, grileiros e empresários, e também contra a exploração econômica. (Martins 1995)

[...] Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obterem melhores preços para seus produtos (MARTINS 1995 p.10).

Porém como destaca Welch (2004), os trabalhadores rurais, no decorrer da história do Brasil, estiveram ativos nas lutas por seus direitos demarcados na história em períodos anteriores a estes destacados por Martins, como é o caso do quilombo dos Palmares, Canudos, Contestado, entre outros. Neste sentido, os trabalhadores rurais se revoltaram contra sua exploração em inúmeras ocasiões, desde o século XVI (PALÁCIOS, 2004)

É interessante pensar também, que a cana de açúcar no Nordeste demonstra o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana de açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (MARTINS, 1995).

As Ligas Camponesas são consideradas uma das principais organizações de articulação política e reivindicação por direitos aos moradores e trabalhadores do campo servindo de base, posteriormente, para a formação de movimentos sociais e organizações de trabalhadores. Entre as suas marcas está a defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais. Além de contestarem a estrutura fundiária concentrada e a monocultura (SANTOS, 2009).

Seguindo ao desencontro do que pregava o atual presidente ditador da época Getúlio Vargas, as Ligas Camponesas foram uma forte organização sindical, regida pelo Partido Comunista, como a única organização dedicada às massas rurais (Moraes, 2006). Durante este período, onde as organizações sindicais camponesas eram sucumbidas pela lei, já que a preocupação maior estava em atender aos latifúndios, a saída encontrada foi à organização por meio de associações de caráter não especificamente trabalhistas,

[...] Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados Brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniram milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com grande contribuição da votação camponesa (MORAES, 2006 p. 22)

No ano de 1947, o Partido Comunista deixa de existir por meio de banimento durante o período militar e, como consequência, ocorre o encerramento das ligas camponesas. No entanto, o Partido Comunista, clandestinamente concentrou suas atividades em alguns centros urbanos, porém, as ligas camponesas apresentavam dificuldade em reerguer-se dada a situação política e a ocorrência das mesmas era esporádica. (Moraes, 2006)

É importante destacar ainda, que,

Numerosos foram os fatores que influíram para a expansão das Ligas Camponesas. O principal foi, indubitavelmente, a ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. Cada dia que passava, multiplicavam-se, no território nacional, os congressos, através dos quais o povo discutia seus principais problemas: congressos contra o elevado custo de vida; congressos pela defesa das riquezas minerais do país; congressos de estudos dos problemas municipais etc (Moraes, 2006, p. 37).

As ligas camponesas além de tratarem de questões voltadas a organização dos camponeses, enquanto classe defendia a reforma agrária, e discutia questões referentes à estrutura e o anacronismo no campo,

evidenciando assim, mais uma vez a sua importância enquanto movimento social que propiciou a aquisição de direitos sociais para a parcela da população que vive no campo. Se até 1940 o messianismo¹⁹ e o cangaço foram às formas dominantes de organização e de manifestação de rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (Martins 1995 P.67)

Concomitante ao processo de expansão das ligas camponesas, ocorria, durante o governo de Getúlio Vargas, a implementação do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) que contemplava e tratava das questões trabalhistas da população do campo.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado num momento em que vinham se repetindo conflitos sociais de gravidade crescente girando em torno do problema da Terra. Refletindo essa radicalização do homem do campo- mobilizado politicamente pelas Ligas Camponesas e por outras entidades de caráter classista- que se mostra no início da década de 60 mais decidido a lutar por melhores condições de vida, as esferas oficiais se mobilizam. Dai o surgimento do projeto de lei e representações de órgãos administrativos, muitos dos quais ficaram arquivados, sobre possíveis soluções a serem dadas para a questão agrária, projetos esses –acima de 200- que podem ser encarados como parte do reconhecimento oficial de que a gravidade do problema agrário havia atingido a tal ponto que não era mais possível adiar determinadas soluções (FERRANTE 1973 p. 193,194).

É necessário refletir ainda, que a proposta do Estatuto do Trabalhador Rural estava vinculada ao governo a fim de minimizar as reivindicações dos moradores do campo que estavam engajados com as ligas camponesas, trazendo promessas que não eram plausíveis para o momento, a exemplo disso pode-se citar o caso do parcelamento das propriedades rurais no intuito de acabar com os latifúndios (FERRANTE. 1973).

É preciso atentar ainda, que apesar de suas múltiplas faces, o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/63) estendia ao mundo rural a estrutura sindical e os direitos trabalhistas regulamentados para os trabalhadores urbanos a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em

¹⁹ Movimento ou sistema ideológico que prega a salvação da humanidade através da entronização de um messias que pode ser um indivíduo, uma classe ou uma ideia.

1943. O Estatuto instituiu normas gerais de proteção ao trabalhador rural referente à duração de trabalho, remuneração e salário mínimo, repouso e férias, higiene, segurança e moradia (GASPAROTTO, 2016).

A mesma autora complementa ainda que

Entre as determinações da Lei nº 4.214/1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, constavam: a instituição da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício do trabalho rural; salário mínimo; férias remuneradas; jornada de trabalho que não deveria exceder oito horas diárias; aviso prévio; entre outras. Além de estabelecer normas para as relações de trabalho no campo, o Estatuto tratava da organização sindical e previa a criação de entidades de representação oficial para proprietários e trabalhadores agrícolas de âmbito nacional: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), respectivamente (GASPAROTTO, 2016 p. 208).

Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2006) complementam que,

[...] com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março) que, entre outras medidas, criava o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). Para o custeio do fundo, foi estabelecida uma contribuição de 1% do valor da primeira comercialização do produto rural, a ser paga pelo próprio produtor ou, mediante acordo prévio, pelo adquirente. Um ano após o início da arrecadação das contribuições, entregue ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), começaria a prestação dos benefícios, que consistiam em aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão por morte, assistência à maternidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e assistência médica. A responsabilidade pela prestação dos benefícios também foi entregue ao extinto IAPI. Embora o Estatuto do Trabalhador Rural apresentasse um elenco razoável de benefícios, sua aplicação prática no tocante às medidas de previdência social ficou bastante limitada pela escassez de recursos financeiros (BELTRÃO, OLIVEIRA E PINHEIRO, p. 8)

Já no ano de 1967, o ETR foi reformulado, buscando-se adequá-lo às suas reais possibilidades. As arrecadações das contribuições passaram a ser entregues ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o plano de prestações ficou limitado às assistências médica e social, suprimindo-se os benefícios em dinheiro. Alterou-se ainda a maneira de como eram feitas as arrecadações, que continuava a ser recolhidas como percentual da primeira comercialização do produto rural, mas passava a ser obrigação do adquirente e não mais do produtor, a menos que esse processasse a transformação do próprio produto. Tal medida tinha por objetivo facilitar a fiscalização, uma vez

que se esperava que a empresa que industrializasse o produto já estivesse vinculada ao sistema previdenciário (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO (2006).

Ferrante (1973) destaca sobre outra perspectiva que o ETR apresentava algumas contradições na sua essência mesmo após ter sido reformulado e novamente planejado em alguns momentos, uma vez que,

[...] tomando-se como modelo o trabalhador urbano, sem levar em conta a diversificação das relações de trabalho rurais. [...] Principalmente, por ter havido, quase que pura e simplesmente uma transposição para o trabalhador rural das disposições legais traçadas para a legislação trabalhista ligada ao trabalhador urbano, o Estatuto falhou e acima de tudo, abriu perspectivas para a fraude e não aplicação da lei. Vejamos a posição do Estatuto diante da diversificação com que se apresentam as relações de emprego no campo. No caso do trabalhador do campo o que se encontra em regra é o salário puro. Na agropecuária, por exemplo, as relações de trabalho apresentam maior complexidade e a própria remuneração do trabalhador pode se fazer de diferentes formas (FERRANTE, 1973, p. 10).

É possível observar que o ETR foi uma primeira – apesar de em alguns momentos tendenciosa e preocupada em atender as expectativas das elites da sua época – tentativa de instauração de políticas públicas que atentou às necessidades dos trabalhadores e moradores do campo, de significativa importância e carregadas de sentido político uma vez que as ligas camponesas estiveram presentes no seu processo de reivindicação e de busca pela sua execução.

As políticas públicas implantadas para a população do campo são fruto de um passado de lutas e reivindicações por parte desta população bem como, às articulações destes com os sindicatos e movimentos de trabalhadores. Neste sentido, a importância em manter a aposentadoria para a população do campo é inquestionável e uma questão que visa melhorar a qualidade de vida desta população quando da chegada da idade avançada.

3. O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO DO CAMPO

Este capítulo busca discutir as principais questões atreladas ao campo no que se refere a reconfiguração deste espaço desde a revolução industrial, bem como seus impactos na população. Iniciam-se as discussões a partir de alguns conceitos de espaço urbano e espaço rural, para posteriormente, com aporte de Engels e Kautsky, entender as raízes do processo de esvaziamento do campo, fazendo também uma análise do Brasil, discutindo um panorama do processo de esvaziamento, em diferentes períodos.

3.1 O RURAL E O URBANO

Ao iniciar a discussão acerca do rural, é importante destacar os estudos de Wanderley (2001) que define o espaço rural sob duas perspectivas, a primeira delas refere-se a construção social do espaço rural, que é resultado do processo de ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade, já a segunda refere-se ao rural como um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

Wanderley (2001) esclarece ainda, que é importante considerar o principal personagem do mundo rural, que é o camponês, cuja identidade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade. Nas sociedades tradicionais, o espaço rural e o urbano foram colocados em oposição, enquanto o meio rural é o “espaço natural”, lugar por excelência da agricultura, a cidade apresenta-se como um meio “técnico” (WANDERLEY, 2001).

Não há um critério único aceito universalmente acerca da delimitação do que é rural e o que é considerado urbano. Espanha, Portugal e Grécia, por exemplo, consideram rurais todos os habitantes que vivem em espaços com 10 mil habitantes. Já na França, o número cai para 2 mil habitantes. No Brasil, assim como no Equador, por exemplo, o critério tem natureza administrativa

que não geográfica ou econômica. Não são considerados fatores de intensidade, mas sim o fato de serem enquadrados administrativamente como urbanos ou não urbanos segundo os poderes públicos municipais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

No Brasil, segundo o IBGE 2015, encontramos uma variedade de situações que vão desde os espaços eminentemente rurais as grandes densidades urbanas. Segundo o IBGE (1997), “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas.

Para RUA (2006), a definição do que é campo e cidade transformou-se no decorrer dos últimos anos principalmente devido a redefinição dos modelos produtivos, ocasionando assim um “novo rural”.

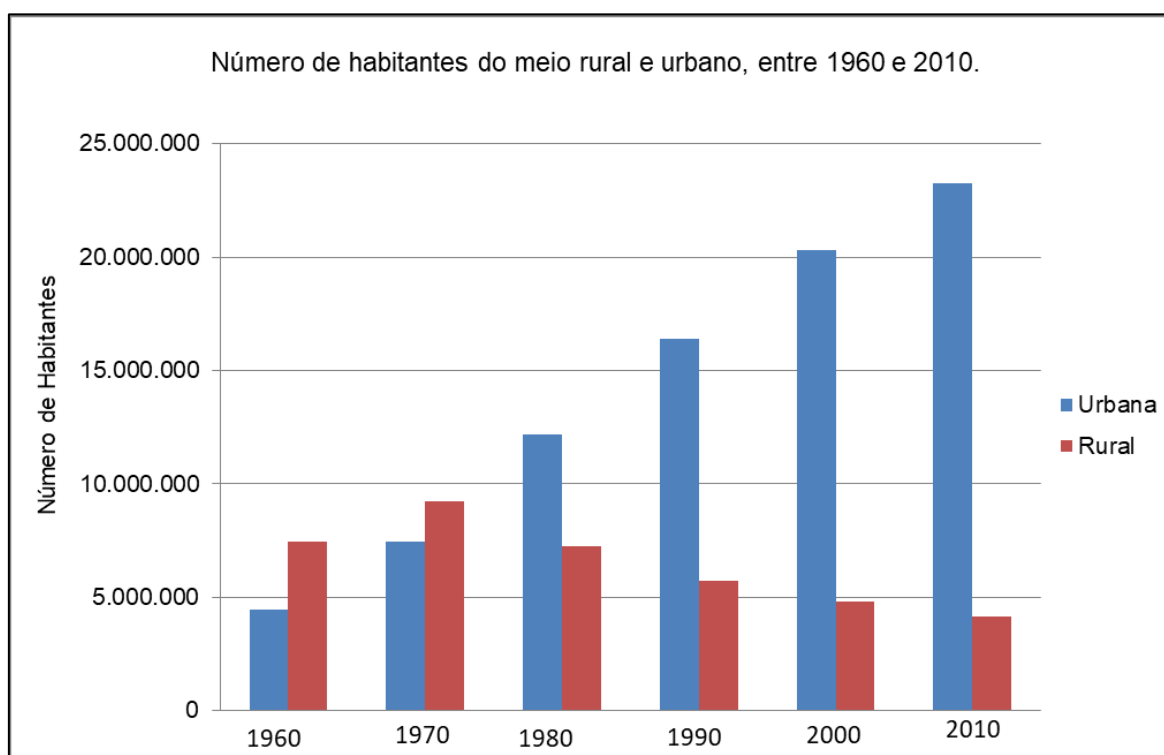
as mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade, são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades (RUA, 2006, p. 85).

Quanto ao termo migração, Gonçalves (2001) classifica como um processo simples onde pessoas, grupo de pessoas ou até mesmo animais deslocam-se de um lugar para outro, esta é a explicação genérica em torno deste termo. Porém mais especificamente tratando-se do processo de

migração campo-cidade podemos observar que esse traz imbricado uma infinidade de significados e possibilidades.

O processo de migração campo-cidade pode ser notado com facilidade, tanto em observações cotidianas como através de dados estatísticos como é possível verificar no quadro a seguir referente a região Sul do Brasil, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

Quadro 4 - Habitantes do meio Rural e Urbano (1960/2010)



Fonte: IBGE (2010)

Organização: SCHUMACHER, J, D. (2018)

Atentando para o gráfico acima, é possível verificar num primeiro momento que o número total de habitantes teve um crescimento significativo desde 1960 até o ano de 2010, com destaque para as melhorias nas condições de vida, aumento da expectativa de vida, dentre outros fatores que colaboraram neste sentido.

É importante verificar ainda, que o número de pessoas que vivem no campo apresenta um aumento apenas entre as décadas de 1960 e 1970,

posteriormente ocorre uma queda constante, enquanto a parcela da população que vive no espaço urbano apresenta-se em crescimento.

Para compreender melhor as diferentes funções que a cidade de Nova Boa Vista desempenha, é válido aprofundar-se e refletir diferentes questões como: a função da cidade, a importância do agronegócio para a manutenção dessa cidade, dentre outros aspectos, voltados à interpretação do que de fato esta cidade, classificada como pequena cidade, representa.

A produção do Brasil também passou por um intenso processo de transformação, e esta mudança também contribuiu para a mudança das funções das diferentes cidades, conforme destaca Elias; Pequeno (2007), o dinamismo da produção do território brasileiro das últimas décadas pode ser revelado pela reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria; pela expansão do comércio e dos serviços; pelas novas localizações da indústria, em parte propiciadas pela luta dos lugares pelos investimentos produtivos; pela expansão das indústrias de base tecnológica; pelo aumento da quantidade e qualidade do trabalho intelectual; pela expansão de novas formas de consumo; pelos intensos movimentos migratórios, entre outros. Neste sentido, o campo e a indústria apresentam-se cada vez mais entrelaçados, ou em outras palavras, globalizado.

Sobre a globalização, mais especificamente aquela que ocorre no campo do agronegócio, Elias e Pequeno (2007) destacam que:

Dentre as características do agronegócio globalizado está sua forte integração à economia urbana, gerando uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo, em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços. As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais – denotando o que Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000) chamou de cidade do campo. Considerando nossos estudos atuais, acreditamos que podemos adaptar a noção de cidade do campo para cidade do agronegócio para classificar algumas das cidades, locais e médias, do Brasil agrícola com áreas urbanas (ELIAS; PEQUENO, 2007, p.2).

A sede da cidade de Nova Boa Vista- RS não se difere na sua essência desta cidade destacada acima por Elias e Pequeno (2007), ocupando um papel

de cidade do campo, onde a maior parcela da população do campo acaba por demandar o local de atendimento de suas necessidades básicas.

Fresca (2010) aprofunda-se ainda mais neste sentido e explica, com aporte de Santos (1982) esclarecendo algumas funções da cidade local,

Para tanto, cidade local pode ser entendida a partir da concepção de Santos (1982, p. 71) quando fala da existência de uma dimensão mínima “[...] a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço”. É preciso que se encontre o fundamento, o limite mínimo de “[...] complexidade das atividades urbanas capazes de [...] garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (SANTOS, 1982, p. 70). Assim, a cidade local como sendo a de menor complexidade acaba por responder “[...] às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 71) (FRESCA 2010, p.75).

Este processo pode ser facilmente observado no município de Nova Boa Vista, onde é comum observar que o comércio da cidade está organizado em atender a população do campo. Nas lojas da cidade é comum ouvir dos lojistas e proprietários que “se a produção do campo (safra) for boa, o comércio também estará bem”, ou seja, nesta pequena escala de análise é possível notar a influência que o campo tem sobre a cidade, e o papel regulamentador da economia que o campo possui.

Uma questão importante, que merece atenção em relação a cidades de porte menor porte ou cidades pequenas, é refletir que “pequeno” é esse já que podem existir diferentes interpretações acerca do tamanho das cidades. Segundo o IBGE, cidades com até 50 mil habitantes podem ser consideradas pequenas, porém a organização de uma cidade que comporta 50 mil habitantes é muito diferente daquela que apresenta 1.800 habitantes como é o caso de Nova Boa Vista, por exemplo, por isso a necessidade de um olhar atento para esta questão. Nesta percepção, FRESCA (2010) destaca que uniformizando as cidades de acordo com a sua população, corre-se alguns riscos,

Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as

diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Evidente que dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde aos objetivos estabelecidos na pesquisa (Fresca, 2010 p. 76).

Para Wanderley (2001), a pequena cidade é também o espaço central do poder municipal, que concentra as atividades administrativas, ao mesmo tempo em que organiza e centralizam as atividades econômicas e sócio-políticas do conjunto do município e expressa a referência à identidade espacial local, destacando o caráter administrativo e de referência quanto as questões burocráticas de seus municípios.

Outra reflexão que pode ser feita ainda, é quanto à dialética da cidade e do campo que pode ocorrer atrelado as suas diferentes funções,

[...] Acredita-se, portanto, que a compreensão do urbano e do rural, enquanto relações derivadas da cidade e do campo, requer a consideração da dialética, onde a organização da sociedade no tempo-espaço se desenvolve através de movimentos, de mudanças, de processo de transformações, considerando o desenvolvimento das forças produtivas e a estruturação econômica e social. É a partir do olhar histórico e dialético sobre a cidade, o campo e suas relações que se percebe que nenhuma das suas configurações são definitivas. Tudo tem uma forma anterior e uma forma posterior. Tudo está em movimento. Houve e há processos de mudança, de transformação, onde novos elementos, novas funções, novas ruralidades e novas urbanidades são verificados. Há um encadeamento de processos, nos quais as influências das partes são totalizantes, tudo exerce influencia em tudo. Por isso, nada está acabado, não há uma configuração final, mas há uma sequência de processos que acabam por configurar esses espaços e suas relações diferentemente a cada novo olhar, num contexto de desenvolvimento histórico. Contudo, estas configurações não são tão simples quanto aparentam. Para compreendê-las torna-se necessário entender como este processo se realiza, ou seja, o processo dialético de sua constante transformação (TALASKA, SILVEIRA, & ETGES, 2016, p. 09).

Ainda no ano de 2017, o IBGE lançou uma matriz conceitual para a tipologia municipal rural-urbana, esta classificação vem com o intuito de classificar as cidades em relação a sua predominância ser rural ou urbana, conforme pode ser observada a seguir:

Quadro 5 - Matriz conceitual para a tipologia municipal rural-urbana

Faixas de população total em áreas de ocupação densa	Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa			
	Maior que 75%	50 a 75%	25 e 50%	Menor que 25%
Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano			
Unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente rural			

Fonte: IBGE (2017)
Organização: IBGE

Os primeiros pensadores que trataram do processo migratório foram Engels (1820-1895) em sua obra clássica “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” e Kautsky (1854-1938) em sua obra mais importante “A Questão Agrária”.

Não há consenso no que se refere as motivações do esvaziamento do campo, pois as causas a serem consideradas neste processo podem ser as mais diversas e complexas como a pobreza, crise econômica, desemprego crescente além das transformações no mundo do trabalho (GONÇALVES, 2001).

Engels destaca que os primeiros indícios, mesmo que inconscientemente, de um processo que posteriormente passariam a se chamar de êxodo rural ocorreram na Inglaterra por volta de 1764 quando surge a criação de uma máquina aplicada ao setor têxtil, sendo esta a primeira tecnologia aplicada neste setor, causando um rearranjo no campo Engels esclarece que:

Simultaneamente ao proletariado industrial que se desenvolvia com essa primeira máquina, todavia muito imperfeita, ela mesma também originava a formação do proletário rural [...]. Entre eles, existiam também muitos pequenos arrendatários, não no sentido atual da palavra, mas gente que, por força do costume antigo ou a título de renda hereditária, recebera dos pais ou avós um pequeno pedaço de terra e que nele se estabelecera tão solidamente como se tratasse de propriedade sua. Na medida em que, então os operários industriais abandonavam a agricultura, inúmeros terrenos tornaram-se disponíveis e nele se instalou a nova classe de grandes arrendatários (ENGELS, 2009, p.49).

Pode se observar neste sentido uma alteração no cenário do campo, ocasionando o processo de migração neste período histórico específico. Posterior a inserção desta tecnologia no setor têxtil na Inglaterra, é possível verificar um esvaziamento demasiadamente grande do campo, em contrapartida a cidade passa por um processo acelerado de crescimento.

A inserção da máquina (tecnologia), segundo Engels (2009), acarretou a população da Inglaterra, neste primeiro momento, uma transformação notória e significativa, haja vista que a maior parte das cidades teve sua população duplicada. A cidade, neste momento, sem as mínimas condições de abarcar um número tão grande de pessoas acabou passando por um processo de intensa precarização. O processo de mudança da camada populacional do campo para a cidade foi bastante penoso, as dificuldades de infraestrutura e as péssimas condições de moradia com inúmeras habitações de um único cômodo, ou então alojamentos úmidos (ENGELS, 2009).

Kautsky em sua obra clássica "*A questão Agrária*", destaca as transformações que ocorreram no campo, em que apresenta a influência principalmente da inserção do capital no campo. Kautsky (1972) não trata diretamente da migração rural-urbana neste território de maneira direta, mas defende a ideia de que a grande propriedade apresenta superioridade técnica em relação a pequena propriedade.

De acordo com Kautsky (1972), a pequena propriedade não apresenta condições de competir com a grande propriedade uma vez que, a industrialização que atinge o campo acaba por causar a diminuição ou até mesmo o desaparecimento da pequena propriedade. Como consequências do capitalismo no campo ou sinais de sua evolução, pode-se citar: os processos de integração agricultura-indústria, a dependência intersetorial, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e

objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural e o aumento de empregos nos centros urbanos a oferecerem melhores remunerações e condições de vida (ALVES; FERREIRA, 2009)

Para Kautsky (1972), o pequeno agricultor, após a inserção do capital e da indústria no campo tende a buscar a inserção neste sistema de produção, recorrendo para isto na busca por empréstimos junto a proprietários mais abastados economicamente, como destaca:

O camponês, isolado, tendo que vender apenas uma pequena quantidade de produtos, não se aproxima do grande mercado. Faz seus negócios com os comerciantes da vila vizinha, a quem procura ou a quem vai visitar. As suas transações permanecem inteiramente ignoradas do grande capital urbano. Na cidade não há um banco em que faça os seus depósitos e que igualmente lhe abra crédito. Quando o camponês precisa de dinheiro é obrigado a procurar um dos capitalistas rurais de sua vizinhança. E não pode fazer muita escolha pois são pouco numerosos no interior [...] (KAUTSKY, 1972, p. 125).

Neste sentido, destaca-se que para o camponês o novo modelo industrial de agricultura deixa-o vulnerável e dependente de capital, sendo sucumbido em muitos casos pelos grandes proprietários e obrigado a migrar para as cidades próximas e trabalhando nas grandes indústrias ou até mesmo trabalhando para os grandes proprietários.

Kautsky (1972) destaca que o camponês em muitos casos acaba perdendo a sua identidade e sua função que historicamente era baseada na autonomia e ainda complementa que o camponês:

[...] deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica [...] ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial [...] lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (KAUTSKY, 1972, p.128).

Após a apresentação da síntese histórica retratada por Engels e Kautsky, é importante pensar como ocorreu esse processo migratório no Brasil. O quadro a seguir apresenta a síntese dos acontecimentos que marcaram o processo embasado nos estudos de Camarano e Abramovay (1999) entre as décadas de 50, 60, 70, 80 e 90.

Quadro 6 - Panorama do Êxodo Rural no Brasil 1950-1990

Panorama Êxodo Rural do Brasil entre as décadas de 1950-1990	
ANO	PROCESSO MIGRATÓRIO
1950	Quase metade dos migrantes dos anos 50 vinha da região Nordeste e dentre as principais causas desta migração destaca-se a seca no Nordeste, bem como a construção da estrada Belém-Brasília, causando a migração para as áreas metropolitanas (esse percentual corresponde a cerca de 30% da população que vivia no Nordeste). Já na região sudeste, cerca de 4 milhões de habitantes migram para as regiões metropolitanas desta mesma região. Na região Sul onde o saldo migratório atinge cerca de 18,9 da população além da migração para a cidade, também ocorre o processo de migração Inter regional onde uma porcentagem da população do Alto Uruguai gaúcho migra para o oeste de Santa Catarina e também para sudoeste do Paraná.
1960	Neste período, a região Sudeste sofreu o maior fluxo migratório, cerca de 6 milhões (46,5%) de pessoas deixara o meio rural nesta região. Destacando-se como responsáveis por este processo a alteração da técnica que ocorre na agricultura durante este período (substituição e cafezais por pastagens (exigindo assim menos mão de obra)), no Nordeste cerca de 27% da população somam-se ao montante populacional que deixa o campo neste período.
1970	Neste período, as regiões Nordeste e Sudeste sofrem mais uma vez o maior processo migratório, onde na região sudeste o fator determinante é a mecanização, a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de fazenda, enquanto na região Nordeste está atrelado a expulsão generalizada de “moradores” dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação. Já na região Sul, neste período 29% da população que residia no campo migra principalmente devido ao estímulo para a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra. É importante destacar ainda que durante este período, ocorre a ocupação da região Transamazônica por parte dos gaúchos onde o saldo desta região (Norte) se apresenta positivo. A região Centro oeste também neste mesmo período também passa por um importante processo de expulsão da população rural.
1980	Neste período ocorre a expansão da fronteira agrícola na região Centro Oeste, sendo este o principal fator determinante da população desta região neste período (48,8% da população desta região migra durante este período). Na região Nordeste, o fluxo migratório atingiu cerca de 5,4 milhões de nordestinos que deixaram o campo somando cerca de ¼ da população rural regional

1990	De todos os migrantes rurais do país, 54,6% saíram do Nordeste entre 1990 e 1995 o que representou 31,1% da população que vivia na zona rural da região no início da década. Na região Sudeste pela primeira vez estão abaixo de 30%, na região Sul, que na década de 80 apresentava cerca de 40% de taxa migratória, esse número cai agora para 30%. os anos 90 parecem apontar em duas direções diferentes: por um lado, regiões em que o êxodo é ainda muito significativo (sobretudo o Nordeste, mas também, embora com população rural menor, o Centro-Oeste). Por outro, o Sudeste e o Sul, em que há uma emigração importante, mas onde não se deve esperar um declínio tão significativo da população hoje residente no campo, dado, inclusive, ao fato de se observar um reduzido contingente populacional residindo lá atualmente.
-------------	--

Fonte: CAMARANO; ABRAMOVAY (1999)
Organização: SCHUMACHER, J. D. (2018)

Com base neste panorama do processo migratório no território brasileiros desde a década de 1950 até a década de 1990, podemos destacar que são diversas as causas que provocaram este fenômeno nas diversas regiões do território brasileiro que vão desde condições climáticas até rearranjos na ordem da produção.

O processo de migração a partir da região Nordeste do Brasil sempre esteve atrelado as questões climáticas desta região, a seca sempre foi um fator decisivo no processo de migração desta região durante os diferentes períodos históricos.

Com relação as demais regiões do Brasil, é válido relacionar o processo de esvaziamento do campo com a análise feita por Engels (1764) na Inglaterra, quando este mesmo autor destaca o impacto causado pela inserção da tecnologia no processo de fabricação que causou inúmeras transformações no campo naquela época. No Brasil, a reorganização da matriz produtiva do campo também foi responsável pelo processo migratório de diversas famílias. Como ocorre na região Sudeste, destacado por Camarano e Abramovay (1999) é bastante plausível que a mecanização (aliás subsidiada), tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar, depois dos 6 milhões dos anos 60, mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas no Sudeste na década de 1970.

Ainda sobre a década de 70 é importante contextualizar um outro processo que estava sendo implantado no Brasil durante este período: a revolução verde.

O campo brasileiro, na década de 1970, foi marcado pela Revolução Verde e pelo processo de ocupação capitalista do cerrado e da Amazônia através da distribuição e venda de terras a empresas para a colonização e projetos agrominerais. Assim, várias delas começam a investir na aquisição de terras. Fez parte da ditadura militar o incentivo às empresas diversificarem seus investimentos em vários setores da economia. Assim, diversas empresas e pessoas físicas adquiriram propriedades em várias partes do Brasil, que posteriormente foram passadas a outros donos. Com a reestruturação produtiva no campo, a partir da década de 1990, inicia-se uma nova fase no Brasil, quando foi difundida a noção de agronegócio como um modelo a reestabelecer a agricultura comercial exportadora após a crise da década de 1980. Assim, o agronegócio é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país. A partir daí, a aquisição de terras por parte de empresas não possui um papel tão somente de especulação, mas de ocupação produtiva. As empresas do setor agropecuário tomam frente do processo na corrida desenfreada pela conquista de territórios, ao passo que as empresas de outros setores da economia se deslocaram para se fortalecer dentro de sua funcionalidade principal (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p. 21).

Nesta conjuntura, o processo de ressignificação do campo acaba ganhando força uma falsa ideia de desenvolvimento, ideia esta que leva em consideração apenas a ordem econômica do desenvolvimento, sem avaliar as questões sociais que permeiam o campo. Além das camadas mais pobres da população do campo, povos nativos também sofrem as consequências do agronegócio.

Quanto as transformações ocorridas na agricultura, e de acordo com as transformações causadas pelo agronegócio, Oliveira (2012) destaca que o papel da agricultura sofreu inúmeras transformações, principalmente devido a inserção de capital neste setor, e chama atenção ainda para o fato da produção de alimentos não mais ocupar a centralidade funcional do campo, e esclarece que,

[...] a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado

mundial onde quer que ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo (OLIVEIRA, 2012 p. 6).

Para Fernandes (2004) “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.”

Neste sentido, em consonância com Fernandes (2004), o agronegócio acaba por tornar o campo um espaço de ocupação seletiva, onde apenas os mais capitalizados têm oportunidade de prosseguir neste setor haja vista a necessidade de capital para a sua manutenção e perpetuação. Aos que não se “encaixam” a tal sistema resta em muitos casos o abandono do campo e a migração para a cidade.

Ainda sobre o processo de migração do campo para a cidade no Brasil, Saquet e Trombini (2014) destacam que devido ao intenso processo de urbanização ocorrido durante o século XX, a paisagem vai sendo alterada na medida em que as pessoas deixam o campo e procuram a cidade para viver, em consequência a cidade passa a ser a expressão material da sociedade (as residências, o comércio, as indústrias e áreas de recreação).

As questões inerentes à ocorrência do êxodo rural no Brasil são diversas, poder-se-ia citar o agronegócio, a Revolução Verde ou, então, até mesmo anterior a estes, a Revolução Industrial. A região Sul do Brasil apresenta indicadores que impressionam no que tange ao processo de esvaziamento do campo, enquanto no ano de 1970 o estado apresentava uma população rural de 9.193.066 habitantes (55,7% do total), no ano de 2000, esta população decaiu para apenas 4.785.617 habitantes (19,1% do total).

Ao aprofundar esta análise é possível verificar que o êxodo rural não atinge apenas grandes cidades, mas que ele alcança também as pequenas cidades, uma vez que a região Sul do país apresenta como particularidade o elevado número de cidades pequenas e médias, perpassando as mais distintas realidades do país.

4 OS APOSENTADOS QUE MIGRAM PARA A CIDADE DEPOIS DA APOSENTADORIA

O presente capítulo busca trazer os apontamentos feitos pelos sujeitos da pesquisa por meio das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo na cidade de Nova Boa Vista- RS, bem como sanar algumas questões que a pesquisa se propôs a responder.

O passado dos aposentados que migraram do campo para a cidade de Nova Boa Vista é algo muito singular, haja vista as diversas realidades que podem ser encontradas no universo da pesquisa (foram entrevistados solteiros, viúvas, viúvos, casais entre outras realidades pessoais), porém é possível encontrar alguns pontos em que os caminhos dos sujeitos acabam por cruzar-se ou então seguirem a mesma direção.

4.1 A VIDA NO CAMPO ANTES DA APOSENTADORIA

Para iniciar a discussão é importante verificar um consenso no discurso dos sujeitos entrevistados conforme conta abaixo:

Olha a gente veio pra cidade porque o interior não é um lugar pra gente que já tá velho, a gente já estava cansado, não podia mais com a lavoura, nós não vencia mais, a gente não tem mais “pique” (Entrevistado 3).

Enquanto outro complementa ainda

[...] eu sempre quis sair de lá porque eu tenho medo hoje em dia de assalto e dessas coisas, vem um bandido não tem pra quem pedir socorro e hoje em dia tá tudo muito perigoso” (Entrevistado 6).

Nestas duas primeiras falas já é possível verificar um sentimento de impotência em relação aos danos que o tempo causou nas vidas dos aposentados que se sentem de certa forma vencidos tanto pelos danos causados na lida no campo como também amedrontados por problemas que anteriormente não afetavam o campo e que na atualidade são problemas corriqueiros, como é o caso da violência e dos assaltos.

Outro fator que se destacou durante o processo de pesquisa junto com os aposentados, foi que todos os entrevistados destacaram problemas referentes à sucessão do trabalho no campo:

Aqui é um lugar onde eu não me sinto tão sozinha, olha tu não sabe como era triste pra mim, eu vi os meus filhos tudo sair de casa um a um, todos indo fazer a vida deles e indo atrás de serviço porque lá não tinha lugar pra todo mundo trabalhar, era pouca terra né, olha isso foi uma coisa muito triste pra mim, dai ficou eu e minha menina mais nova, sozinhas lá, e o que eu ia querer lá só nós duas mulheres, foi dai que eu botei a venda e comprei essa casa aqui, dai eu e ela morava aqui até que ela também decidiu ir atrás de fazer a vida dela e agora já faz mais de 15 anos que eu também já moro aqui sozinha (Entrevistado 7)

Neste relato é possível verificar que a entrevistada relembrou o processo de saída dos filhos de casa, um a um, ficando evidente que o principal fator decisivo na vinda para a cidade foi o fato de não haver sucessão na propriedade e conseqüentemente a mesma não quis permanecer no campo.

Outro entrevistado sobre este mesmo viés complementa:

É muito triste pra gente ver que nós tinha um capital investido lá na colônia²⁰, a gente tinha as máquinas, um trator que era bom ainda, e tinha tudo lá pra se trabalhar com vaca de leite, mas nenhum dos nossos filhos quis ficar lá, eles foram tudo pra cidade, uma menina minha até fez faculdade, e eu entendo eles ne, quem que vai querer levantar as 6 horas da manhã e naqueles frio que faz no inverno ir tirar leite e correr atrás de vaca, tem mais que sair mesmo, mas dói pra gente porque nossa vida toda foi lá né (Entrevistado 01).

Neste sentido referente a sucessão do trabalho no campo é válido observar o que Mello et al (2003) destaca a sucessão como sendo composta por três partes: a sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e, finalmente, a aposentadoria, quando diminui o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a unidade produtiva.

A pluriatividade, comum na agricultura familiar também é destacada na memória dos aposentados entrevistados, como destaca o Entrevistado 02, e o entrevistado 04 respectivamente:

²⁰ Não há um consenso por parte dos agricultores no que se refere a termos para designar o espaço rural, alguns chamam de interior, outros de colônia, tem aqueles que se referem ao lugar como roça, porém todas as designações remetem-se ao mesmo espaço agrário.

Eu fazia queijo para vender na cidade (em pouca quantidade) e no plantio de soja, essas duas eram as nossas principais fontes de renda. Dai pra gente consumir a gente plantava feijão, batata, faziam melado e chimia, plantava de tudo um pouco na horta, mas se colhia alguma coisa que via era mais do que a gente precisava dai a gente vendia, feijão quase sempre a gente vendia na cidade também (Entrevistado 2).

Enquanto o entrevistado 04 afirma que:

Pra mim eu sempre gostei de morar e de trabalhar na roça, a gente era em bastante irmão lá em casa, então era bom porque sempre se trabalhava junto, era tempos bons aqueles que nós trabalhava, bom mesmo era porque nós tinha um parreralzinho pequeno que a gente sempre fazia mesmo os vinhos e o vinagre da gente. E antigamente tudo era da lavoura, poucas coisas se comprava nas vendas, o açúcar e o sal, o resto tudo vinha da roça, a gente plantava mais coisa diferentes, lá em casa se plantava muito amendoim também e a gente vendia o que sobrava e uma boa parte se fazia rapadura, então era diferente, tudo que a gente comia se tirava da terra. Eu gostava muito da lida na roça mas agora ultimamente o que a gente plantava era milho e soja, e nem mais a gente que planta, porque a gente arrendou né (Entrevistado 04).

A pluriatividade é destacada por todos os entrevistados, porém na maior parte das falas dos aposentados, é algo que se remete ao antigo, pois na atualidade os produtos cultivados se resumem em soja e milho (sejam estes em propriedades arrendadas ou vendidas aos novos proprietários).

Para Marafon (2006), pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios. Esta lógica de trabalho diversificado acabou por ser substituída pela lógica do agronegócio que não prioriza a diversificação e sim dá ênfase a monocultivos e ao produtivismo. O agronegócio é entendido segundo Sauer (2008) como as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade.

Ao encontro do que Sauer destaca em relação à pluriatividade e ao agronegócio o entrevistado 03 traz a tona duas questões significativas em seu discurso, observe a seguir:

“Eu resolvi vim morar na cidade porque a minha mulher era doente do pulmão, e a minha filha já tinha saído de casa fazer a vida dela, daí era eu e a mulher doente lá era ruim pra nós. Na época de plantar a lavoura ela sofria muito por causa dos tratamentos que tinha que fazer na soja, não dá nem pra lembrar (conta emocionado) ela tinha falta de ar, e os venenos faziam muito mal pra ela, então isso também ajudou pra gente sair de lá” (Entrevistado 03).

Em outro momento, destaca também que,

E mais uma coisa eu não sei porque eu não entendo muito dessas coisas, como eu te falei já, eu não estudei, mas eu não acredito muito que esses veneno só fazem bem, a mulher sofria muito com os venenos eu acho que isso faz mal para as pessoas, esse monte de gente com câncer antigamente não existia. Daí vou te contar que lá onde nós morava tinha um pé de goiaba que nossa, era um pé que dava frutas desse tamanho (mostra com as mãos) e depois que começaram a passar esse monte de veneno em dois anos não tinha mais nada, não carregou mais e morreu, nossos pés de pêssego a mesma coisa, então eu acho que isso é demais que se usa, se mata uma árvore eu acho que faz mal pra saúde também (Entrevistado 03).

No primeiro relato, a questão apontada pelo entrevistado surgiu quando este foi questionado acerca do motivo pelo qual o entrevistado decidiu vir morar na cidade, onde o mesmo destaca em um mesmo relato problemas associado com a sucessão bem como atrelados a saúde debilitada de sua esposa. Já no segundo momento o apontamento feito pelo entrevistado surgiu quando este foi questionado sobre o que o campo deveria ter em sua opinião para que os idosos permanecessem lá, foi quando o mesmo respondeu entre outras coisas que o veneno utilizado causaria impactos a saúde humana, indo de acordo com o que priorizam os pacotes tecnológicos ofertados pelo agronegócio.

O tamanho das propriedades rurais dos entrevistados é diversificado, alguns possuíam 7 hectares enquanto haviam outros que apresentavam até 30 hectares, de modo geral todos podem ser classificados, segundo estimativas do IBGE, como pequenas propriedades.

Os aposentados, que agora vivem na cidade, foram indagados a cerca de como foi para eles viver no campo, onde os mesmos apresentaram muitos pontos de vista diferentes acerca da sua trajetória enquanto moradores do campo, a seguir alguns relatos que se destacaram no decorrer da investigação:

Eu a parte que eu mais gostava era de trabalhar com as vacas, tirar leite pra mim era o serviço que eu fazia e nem via que estava trabalhando de tanto que eu gostava, o lado ruim, é que a gente tinha

que trabalha eu e o meu marido, e a gente já não conseguia mais, ele era doente e eu sozinha não conseguia tocar tudo, a gente tinha muita dor nas costas principalmente porque tinha que plantar os morros também, e daí a gente tinha que mandar plantar, quando tu entregava a parte de quem plantava, e entregava o dinheiro do banco, não sobrava mais nada quase pra gente de lucro (Entrevistado 1).

Neste mesmo sentido, outro aposentado diz que:

Nossa eu gostava muito de morar no interior, meu Deus, como eu gostava, eu tinha as minhas galinhas, daí eu sempre tinha umas duas ou três vacas, não mais do que isso se não eu não vencia fazer os queijos. Sempre tinha uma coisa na horta pra fazer, e as horas sempre pareciam que iam mais rápido, isso nos últimos tempos né, antigamente a gente se judiava muito, nossa quando se plantava a pica-pau, colhia e tinha que trilhar o soja na trilhadeira era muito sofrido, a gente se judiava muito (Entrevistado 6).

Há um certo consenso entre os aposentados entrevistados, todos relatam ter um sentimento bom em relação ao campo:

Era bom morar lá onde a gente morava, a gente teve que trabalhar muito desde muito pequeno o pai colocou a gente pra trabalhar né, tanto que eu nem podia ir na aula, meus irmãos depois foram na aula mas eu não, tinha que sempre ajudar o pai na roça. Eu queria colocar num monte tudo as pedras que eu ajudei ajuntar já na minha vida, tu nem consegue imaginar, nós trabalhava, bastante e no sol quente ainda, era muito sofrido, a gente passou por bastante coisa na vida já (Entrevistado 7).

Nos três relatos apresentados acima, é possível verificar dois pontos de convergência, de um lado os aposentados sempre buscarem na memória situações ou fatos que remetem a momentos bons vividos no campo, por outro lado os momentos de trabalho intenso sempre são lembrados e acompanhados de palavras que remetem a muito trabalho, as palavras sofrimento, judiado aparecem em praticamente todos os relatos dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que tinham um apreço grande ao lugar este mesmo também era palco de momentos de dor, tristeza, e também pelo lamento trazido na fala em relação à saúde ou então pelo fato de não poder ter frequentado a escola.

4.2 A VIDA APÓS A APOSENTADORIA

Remetendo-se a vida após a obtenção da aposentadoria, os aposentados entrevistados obtiveram a sua aposentadoria por meio de comprovação através da apresentação do bloco de produtor rural, onde os mesmos relatam o processo,

Pra mim me aposentar foi fácil, eu fiz 60 anos e depois de uma semana eu entreguei todos os meus papéis no INSS e depois eles me ligaram e eu fiz uma entrevista daí depois de um tempo, eu não lembro quanto tempo daí veio uma carta e eu estava aposentado (Entrevistado 7).

A obtenção da aposentadoria rural ocorre quando a mulher apresenta idade igual ou superior a 55 anos de idade, e o homem completa 60 anos ou mais, comprovando 15 anos de bloco de produtor interruptos (INSS), os entrevistados lembram que a solicitação da aposentadoria não apresenta grandes empecilhos para ocorrer. É possível observar nas falas dos mesmos, em momentos informais de conversa, que o fato de a maior parte dos mesmos estar associada aos sindicatos dos trabalhadores rurais contribuiu para que os mesmos pudessem organizar a sua documentação e comprovação de tempo de serviço no campo.

Uma aposentada lembra que seu primeiro benefício veio por meio de uma pensão pela morte do marido:

Eu me aposentei a primeira vez quando o meu velho (marido) morreu, daí eu fui atrás, encaminhei tudo e daí consegui me aposentar, daí nessa época uns dos meus filhos já tinham saído de casa fazer a vida deles, e daí ficou eu e uns em casa né, eu não vou mentir pra ti que nessa época a nossa vida melhorou um pouco porque nós sabia que todo mês ia entrar um dinheirinho, isso não quer dizer que a morte do meu marido foi uma coisa boa, mas pelo menos a gente sabia que fome nós não ia passar, mas daí nessa época eu já tinha bastante medo de morar sozinha lá na colônia né (Entrevistado 04).

Neste relato é possível ter uma breve noção da importância que o acesso a uma política pública assistencialista ocupa e ocupou para o processo de manutenção da vida destes sujeitos que necessitavam deste dinheiro para atender as suas necessidades básicas.

As motivações que fizeram os aposentados optarem por deixar o campo e viverem a sua velhice na cidade também foram relatadas, conforme pode ser observado na seguinte fala:

Olha eu acho que as pessoas saem porque elas não querem ficar sozinhas lá na colônia, eu também tinha um pouco de medo, e daí as pessoas acabam saindo pra não ficar sozinhas lá né, e porque depois de velho o cara não trabalha mais tão bem como era novo, bom era se tivesse uns novo lá no interior pra daí os velhos poderem ficar junto com eles. E pensa comigo se eu era pra tá lá ainda, eu não ia mais poder nessa idade tá mexendo com os venenos e com os tratamento que tem que fazer na lavoura, isso é coisa pros novos, o veneno ele faz mal pras pessoas mais velhas, tem que cuidar isso, daí a solução é vim morar na cidade né (Entrevistado 5).

Neste relato, rico de informações, é possível observar o medo de ficar sozinhos e a insegurança, outros destacaram os assaltos que ocorreram na região e também o fato de ter acontecido um “esvaziamento da colônia” o que acabou por deixar os mesmos vulneráveis a tais situações. Segundo os aposentados, na cidade eles sentem-se mais protegidos.

Segundo o relato do aposentado, e, de acordo com Pires o uso indiscriminado de agrotóxicos no campo pode resultar na intoxicação dos trabalhadores rurais com diferentes graus de severidade, constituindo-se um grave problema de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde estima que ocorram anualmente no mundo cerca de 3 milhões de intoxicações agudas provocadas pela exposição aos agrotóxicos, com aproximadamente 220 mil mortes por ano. (Pires et al., 2005)

Ainda referente aos problemas que desmotivaram os aposentados enquanto moravam no campo eram os valores dos insumos, conforme expõe o Entrevistado 01

[...] daí tu vai olhar as outras coisas também como o soja se tu pensar quanto tá custando um saco de adubo e tudo os tratamento que tu tem que fazer, o soja tinha que ser mais caro, eles pagam muito pouco e isso desvaloriza quem planta (Entrevistado 01).

Nesta concepção, os depoimentos acabam por fazer uma crítica ao modelo de agricultura que segue os moldes do agronegócio e que além dos danos sociais e ambientais afeta também a saúde dos envolvidos neste processo de produção.

Os benefícios ofertados pela cidade de Nova Boa Vista, na concepção dos aposentados que migram do campo para a cidade são distintos, 90 % dos entrevistados prefere a cidade do que o campo, e destacam que:

Aqui é uma cidade boa, calma, sem muito problema de bandido essas coisas, eu adoro morar aqui e cuidar da minha horta, e sem contar que meu filho mora aqui na mesma quadra que a gente, daí se precisa uma coisa pode chamar ele. A gente pode ir no mercado quando falta uma coisa é fácil quando a gente morava no interior as vezes acabava o gás tinha que ficar 4 ou 5 dias fazendo fogo no fogão a lenha pra esquentar a água do mate de manhã, aqui é tudo mais fácil, sem contar que as minhas amigas que eram minhas vizinhas de antigamente elas estão todas aqui na cidade, meu Deus como é bom poder ir passear na casa delas a gente toma mate, conversa, lembra dos nossos tempos de baile que a gente ia e caminhava muito tempo até chegar nos bailes. A gente tem um grupo de mulheres aqui da cidade que todas as terças a gente vai na casa de uma delas jogar bingo, daí a gente joga a 25 centavos a partida né, não é pelo dinheiro é mais pra se visitar, daí a dona da casa sempre faz um chimarrão e umas comidas e a gente se diverte (Entrevistado 4).

Outro entrevistado aponta que,

Aqui é outra vida, aqui a gente consegue ver mais gente, eu gosto muito de jogar baralho, eu vou na bodega todos os dias pra jogar carta, eu não bebo, só uma coca cola as vezes, mas aqui tem mais coisas pra fazer, eu me associei na terceira idade e daí eu vou junto nas domingueiras também, então tem mais coisas pra fazer, tem os vizinhos que vem passear, a gente se sente mais lembrado aqui, lá na roça nós éramos esquecidos (Entrevistado 02).

O Entrevistado 08 destaca a praticidade de morar na cidade como um ponto positivo, e enfatiza que:

[...] aqui as coisas são tudo de acesso fácil, olha só pra mim ir no posto de saúde ou no mercado, no banco eu posso fazer tudo a pé, quando a gente morava fora era mais difícil, era tudo longe, então isso é uma coisa boa. Aqui na cidade é mais seguro também tem bastante vizinhos e se tu precisar de socorro tem quem te ajuda daí né (Entrevistado 08).

Segundo esta tipologia, o município de Nova Boa Vista apresenta-se como sendo um município onde a unidade populacional é inferior a 3.000 habitantes em área de ocupação densa e sendo desta maneira classificado como um município predominantemente rural.

Endlich (2006) traz também algumas contribuições significativas sobre a pequena cidade, destacando que

São as pequenas cidades referências espaciais únicas para aqueles que nelas vivem. Por isso, no que diz respeito ao significado social, elas podem ser explicitadas mediante o conceito de lugar, compreendido como local onde se reúnem identidades significativas,

sem delimitação territorial exata, consequência das ligações através do tempo e do espaço (FERREIRA, 2000). É oportuna, para complementar, a observação de Gomes (2002, p. 230), de que a forma cotidiana de lidar com os espaços é a forma de significá-los. (ENDLICH, 2006, p. 391).

Ou seja, para a população que vive esta cidade diariamente, existe o apego e o sentimento de pertencimento a aquele lugar, de certa maneira, vivendo aquele lugar cotidianamente, os benefícios que esta cidade oferece na visão dos aposentados é muito relativa, nos relatos aparecem em muitos momentos a assimilação da cidade com o fim da solidão, ou então ainda proteção, enquanto para outros a proximidade do supermercado, da farmácia e do posto de saúde parecem tornar-se sinônimos de qualidade de vida para esta população que deixa o campo e vem para a cidade.

Ainda sobre a pequena cidade, Silva (2000) afirma que as relações sociais na cidade pequena são marcadas pela pessoalidade que geralmente exerce um controle muito eficaz sobre os membros de sua coletividade, e neste sentido, é muito comum em qualquer ponto comercial ou repartição pública em que se esteja, "se sabe com quem está falando". As práticas que se desenrolam são entre pessoas, e não entre indivíduos, que são sempre identificadas com particularidades, reconhecidas e localizadas social e espacialmente. (SILVA, 2000)

A busca pela cidade pequena acaba sendo voltada também, pela busca por um local onde os aposentados de fato sintam-se pertencentes e aceitos naquele lugar, onde o anonimato é quase impossível.

A rotina dos aposentados na cidade também foi questionada durante as entrevistas e a maior parcela da população apresenta uma rotina ativa no decorrer da semana, como descreve o Entrevistado 08,

O que eu faço agora aqui? Meu Deus, aqui sempre tem um monte de coisas pra fazer, aqui eu sou sócia no grupo da terceira idade, e tem encontro pelo menos uma vez no mês e lá a gente conversa a gente reza, tem aula de dança, tem o grupo dos aniversários e as pessoas que tem aniversário naquele mês elas levam o lanche, e a assistência social também sempre leva um lanche, tem os bailes da terceira idade no domingo que as vezes eu vou junto uma época eu ia mais mas agora eu já estou meio cansada eu vou menos, tem a festa junina que acontece todos anos e também é a assistência social que organiza e tem casamento caipira, acho que é isso que eu me lembro da terceira idade. Mas tem também gosto de ir nas missas, tem um grupo de mulheres que joga bingo toda a semana que eu faço parte que a gente joga e passa a tarde junto conversando é bem

legal as vezes a gente até discute por causa de 0.25 centavos mas isso logo é resolvido porque a gente que jogar mais pra passar o tempo né, não é pelo dinheiro, e aqui eu também não me sinto sozinha né, (neste momento a aposentada conta no dedo, que na sua rua existem 7 vizinhas que também são aposentadas) eu posso ir visitar as vizinhas eu não fico sozinha muito tempo, eu telefono pros meus filhos , converso com eles também, as vezes vou visitar eles, fim do ano os netos vem me visitar, então as vezes faltam horas nos meus dias

Existem diversos estudos relacionados as vantagens de ter uma vida ativa após a chegada da terceira idade, uma vez que existem diversas fragilidades que vem acompanhadas do sedentarismo,

O decréscimo da capacidade funcional é provocado, em grande parte, pelo desuso procedente do sedentarismo, o que pode ser melhorada pela prática regular de exercícios ou adoção de um estilo de vida mais ativo, protelando os efeitos nocivos causados pelo processo de envelhecimento (Nahas, 2006) e auxiliando no tratamento ou controle de doenças crônico-degenerativas, manutenção das funções locomotivas, melhor desempenho na realização das atividades da vida diária e um maior grau de independência e autonomia, permitindo que o idoso permaneça ativo e com uma boa qualidade de vida (Okuma, 1998).

Neste sentido, a promoção de eventos, encontros e atividades que fazem com que haja movimentação física por parte dos idosos aposentados corrobora com o que afirmam os autores acima, desencadeando entre outros benefícios uma melhor qualidade de vida bem como servindo de lazer para esta parcela da população.

A importância da aposentadoria, para a manutenção da vida dos aposentados entrevistados, foi relatada como sendo fundamental em alguns casos até para a sobrevivência dos aposentados, conforme alguns destacam quando questionados se viriam para a cidade caso não fossem aposentados

Mas nem pensar, a aposentadoria é o nosso dinheiro certo todo mês, que cai todo mês bem certinho, a gente usa aqui em casa pra fazer o rancho no mercado, colocar a gasolina no fusca, pagar a água e a luz, pros meus remédios, tudo vem do dinheiro da aposentadoria, eu recebo uma parte do arrendamento das terras mas não dá muito eu tenho o soja na cooperativa se precisar uma emergência eu faturó né (Entrevistado 01).

Outro destaca ainda que,

Capaz, a gente ia morrer de fome na cidade, o nosso dinheiro que a gente faz tudo é o da aposentadoria, Meu Deus, nem pensar, a gente ia tá no interior eu acho que plantando só pra comer. Esse dinheiro salvou os colonos (Entrevistado 06).

A aposentadoria acabou por assumir um papel importante e primário na vida de todos os sujeitos que migraram do campo para a cidade de Nova Boa Vista, todos os entrevistados destacaram que caso não fossem aposentados não teria condições de morar na cidade. Ou seja, a aposentadoria tem um papel fundamental para a sobrevivência na cidade e ao mesmo tempo ela quem impulsiona os aposentados a deixarem o campo após a obtenção da mesma uma vez que representa a renda fixa mensal que eles precisam ter para poderem manter-se na cidade.

Outra evidência que foi encontrada é a de que a população idosa já tomou consciência de que a parcela da população idosa está tomando o rumo da cidade após a aposentadoria, e quando são questionados sobre se sabem os motivos pelos quais a população está deixando o campo e vindo para a cidade alguns defendem suas opiniões a esse respeito:

Eu vou te dizer que eu acho que as pessoas tão saindo do interior porque elas não tem mais o que fazer lá depois que se aposentam é porque elas estão velhas e não tem como se defenderem lá, o interior é um lugar pros novos seguir e pra quem tem bastante terra, pra quem é pequeno não tem muito espaço, e o que tu quer fazer lá depois de velho, tem que sair mesmo (Entrevistado 04).

Outro ainda diz que,

Deve ser porque elas não querem ficar mais lá sozinhas né, não tem mais ninguém que quer ficar lá, a juventude toda não quer mais ficar na roça, e eles tão certo, é muito sofrido, passar cuidando da lavoura vem uma seca ou uma chuarada perde tudo e dai? Como vai fazer pra recuperar? Não dá mais é muito caro os tratamentos pra soja, e se tu não faz bem certinho tu não consegue colher muita coisa, e dai é prejuízo. E eu não sei, não consigo ver uma solução pra isso (Entrevistado 07).

Enquanto outro aposentado destaca seu ponto de vista,

Olha eu acho que as pessoas saem porque elas não querem ficar sozinhas lá na colônia, eu também tinha um pouco de medo, e dai as pessoas acabam saindo pra não ficar sozinhas lá né, e porque e depois de velho o cara não trabalha mais tão bem como era novo, bom era se tivesse uns novo lá no interior pra os velhos poderem ficar junto com eles. E pensa comigo se eu era pra tá lá ainda, eu não ia

mais poder nessa idade tá mexendo com os venenos e com os tratamento que tem que fazer na lavoura, isso é coisa pros novos, o veneno ele faz mal pras pessoas mais velhas, tem que cuidar isso, daí a solução é vim morar na cidade né (Entrevistado 08).

O campo foi descrito pelos aposentados como sendo um lugar de solidão, onde anteriormente existiam muitas pessoas, vizinhos e agora a situação é inversa, a falta de segurança também foi destacada por todos os sujeitos, o medo de ficar sozinho estava na fala de vários entrevistados. Problemas de saúde e limitações causadas pelos longos anos de trabalho na lavoura causaram impactos na vida destes sujeitos que agora autodescrevem-se como sendo incapazes de lidar com os insumos agrícolas que algumas determinadas produções cultivadas no agronegócio exigem, por isso na visão dos aposentados não tem mais o que fazer no campo, e a solução para isso é a migração para viver a sua aposentadoria na cidade.

A cidade para os aposentados é descrita como sendo um lugar bom para viver, e elencam diversas vantagens de viver na cidade como,

Aqui a gente tem tudo que a gente precisa, e é tudo perto, é um lugar que não tem violência essas coisas, dá pra dormir de janela aberta de noite, tem o mercado, o açougue e a farmácia perto. Se tu quer conversar, tem um monte de vizinho ao redor e isso é muito bom, todo mundo se conhece, se a gente sai pra passear fica fora, os vizinhos cuidam a casa da gente, a cidade parece que acolhe mais hoje em dia (Entrevistado 02).

Outro descreve como ponto positivo que a cidade ainda oferece coisas que o campo não tem mais, e lembra empolgado

Antigamente tinha as bodegonas grandes a gente chamava de vendas, onde tu achava de tudo e também tinha onde jogar carta e bocha mas essas coisas não existem mais, até escola tinha lá na nossa linha né, e hoje isso tudo acabou né, pensa que na Caúna (outro distrito que fica próximo a localidade do entrevistado) até tinha um hotel, um lugar onde as pessoas podiam cortar o cabelo e fazer a barba, e até um açougue, tu já pensou como as coisas mudam né, hoje em dia não tem mais nada lá e essas coisas a gente acha aqui na cidade, por isso que é bom morar aqui né, tem as coisas em pé aqui ainda (Entrevistado 08).

No decorrer da investigação, nenhum dos aposentados entrevistados destacou que a cidade apresentasse algum problema que afetasse a eles, ao contrário, toda vez que se questionava se eles gostavam de viver ali e se

estava felizes, a resposta sempre foi afirmativa, e que não se arrependem de terem deixado o campo para viver na cidade. Neste sentido pode se observar uma adaptação fácil aos novos locais de moradia e que a cidade atende a todas as suas necessidades.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS IDOSOS DE NOVA BOA VISTA-RS

O município de Nova Boa Vista historicamente esteve atento a oferecer atividades e dar atenção especial para a população idosa do município, logo no primeiro ano de administração pública (1992) foram criados dois grupos de terceira idade, (Grupo Viva a Vida da sede da cidade e Grupo Amizade dos Idosos da localidade de Maneador), nos anos seguintes de administração pública foram criados os demais grupos de terceira idade que existem atualmente consolidados no município.

São diversas as atividades que são destinadas aos idosos de Nova Boa Vista, em entrevista com a coordenadora da terceira idade (que também é a atual vice-prefeita do município), foram elencadas algumas das atividades que são desenvolvidas pelo município em parceria com a secretaria da assistência social.

Atualmente são quatro eventos que são realizados anualmente para a terceira idade do município, a primeira delas é um almoço gratuito realizado sempre para a celebração do dia do idoso, para participar deste almoço não precisa estar associado a algum grupo, basta ser aposentado e residir no município de Nova Boa Vista, a segunda delas é uma festa junina realizada também todos os anos na sede da cidade onde todos os grupos de terceira idade são convidados a participar, a terceira delas é uma viagem realizada anualmente, onde o município se responsabiliza em pagar o transporte e os idosos pagam a sua hospedagem e alimentação, no ano de 2019 os idosos realizaram essa viagem para o município de Piratuba SC, no mês de fevereiro, o último evento ocorre no final do ano, quando é feita uma confraternização de encerramento das atividades anuais, onde novamente todos os participantes de grupos de terceira idade são convidados a participar (Coordenadora da terceira idade).

A Figura 04 demonstra um registro da festa junina do ano de 2018, retratando a equipe de idosos de diferentes grupos de terceira idade do

munícipio responsáveis pela organização e apresentação do casamento caipira.

Figura 4 - Casamento caipira realizado durante a festa Junina



Fonte: Arquivo fotográfico Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista- RS

Organização: Assessoria de Imprensa da prefeitura Municipal de Nova Boa Vista.

A Figura 05 apresenta associados de diferentes grupos do município numa viagem de confraternização de encerramento de atividades anuais, realizada em Janeiro de 2019.

Figura 5 - Viagem anual realizada pelos Grupos de terceira idade do município



Fonte: Arquivo fotográfico Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista- RS
Organização: Assessoria de Imprensa da prefeitura Municipal de Nova Boa Vista.

Além dos eventos realizados conjuntamente entre todos os grupos de terceira idade, são realizados encontros mensais em cada uma das comunidades do município e também na sede da cidade, conforme destaca a coordenadora,

Existem também os encontros mensais dos grupos de terceira idade que são realizados em cada comunidade do município e também na cidade, para estes encontros existe uma agenda mensal e as atividades são iguais para todos os grupos, este roteiro é divulgado anteriormente no programa de rádio da prefeitura. Para estes encontros existe um protocolo de atividades, onde primeiramente é feita uma meditação, ou uma oração, que é o momento de agradecer e de rezar pela vida, depois são cumprimentados os aniversariantes do mês, em seguida sempre é realizada uma atividade física, sempre pensando nas limitações dos idosos, as atividades são bem leves como alongamentos, posterior aos alongamentos tem uma atividade recreativa, que é pra descontrair mesmo, pode ser uma dança, ou alguma atividade com bola, por exemplo, e por fim são feitos jogos, que podem ser de carta (baralho) ou então bingo (conforme demonstrado na Figura 06). Dentro destes encontros costuma ocorrer também o compartilhamento do lanche (Coordenadora da terceira idade).

Figura 6 - Jogo de bingo realizado em encontro mensal



Fonte: Arquivo fotográfico Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista- RS
Organização: Assessoria de Imprensa da prefeitura Municipal de Nova Boa Vista.

Conforme destacado pela coordenação da terceira idade do município, as atividades são realizadas sempre considerando as limitações dos idosos participantes dos encontros mensais, de modo a respeitar as limitações dos participantes envolvidos, conforme destacado na Figura 07.

Figura 7 - Dinâmica de Grupo/ Atividade física realizada em encontro mensal



Fonte: Arquivo fotográfico Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista- RS
Organização: Assessoria de Imprensa da prefeitura Municipal de Nova Boa Vista.

O churrasco anual oferecido pela prefeitura municipal, por meio da secretaria de assistência social, é o evento de maior demanda anual, que visa proporcionar um momento de descontração e de encontro entre as diversas pessoas idosas aposentadas do município, conforme é possível verificar na figura 08.

Figura 8 - Churrasco anual do dia do idoso



Fonte: Arquivo fotográfico Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista- RS
Organização: Assessoria de Imprensa da prefeitura Municipal de Nova Boa Vista.

Segundo relatos da coordenadora da terceira idade do município, as administrações públicas, tanto atual como as anteriores demonstraram-se preocupadas em bem atender a terceira idade do município bem como contribuir para oferecer aos idosos um melhor bem estar e uma boa qualidade de vida, a fim de colaborar no aumento da sua longevidade e também pela satisfação em fazer o bem a uma população que tanto trabalhou pelo município, é uma espécie de contra partida do município para com estas pessoas.

Além da coordenadora da terceira idade, trabalham na secretaria da assistência social diretamente com os idosos duas funcionárias que são responsáveis por colaborar nas tarefas com os idosos e dar assistência no que for necessário.

Dentre os grupos de terceira idade do município seis deles realizam bailes de terceira idade. Os grupos de terceira idade funcionam como uma espécie de associação, onde existem todos os cargos como nas demais associações (presidente, tesoureiro, secretário entre outros). A coordenação da terceira idade bem como a secretaria da assistência social não se envolve nas particularidades de cada grupo, ao contrário, fomenta a autonomia e a independência dos grupos. Quando são realizados os bailes da terceira idade, os grupos recebem outros grupos tanto do município, como também inúmeros grupos de outros municípios da região, nestes bailes a coordenação da terceira idade colabora na organização destes eventos e em atividades que necessitam de mão de obra para trabalhar.

Outra atividade que também é realizada pela coordenação da terceira idade é a visita as pessoas que se encontram doentes ou então debilitadas que não podem se fazer presentes nos encontros mensais,

A gente se reúne com alguns membros dos grupos que querem e que podem se fazer presentes nas datas estipuladas e aí a gente vai e visita aqueles idosos que estão doentes, ou então que não tem mais condições de participar dos encontros, pra levar um pouco de alegria, descontração e até mesmo esperança para eles, é muito legal esses encontros porque eles ficam muito felizes tanto os que vão como aqueles que recebem as visitas, é como se eles dissessem: "Olha que bom, vocês não esqueceram de mim", é muito legal mesmo (Coordenação da terceira idade).

Para a coordenação da terceira idade, o trabalho realizado com os idosos é muito gratificante uma vez que a alegria, o afeto o carinho com a qual são recebidos, os sorrisos nos rostos dos idosos quando estes realizam as suas tarefas são impagáveis na fala da coordenação da terceira idade. E esta é justamente a intenção, promover a alegria, o bem estar e colaborar para que estes tenham momentos felizes e de descontração junto com os outros idosos.

É notória neste sentido, após a entrevista com a coordenação da terceira idade a importância que este trabalho tem dentro de cenário municipal, uma vez que os idosos entrevistados (não a totalidade), mas a maior parte deles, destacam estas atividades como significativas para as suas vidas, haja vista que estes momentos contribuem para a descontração dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente processo investigativo, foi possível entender melhor a realidade dos aposentados que migraram para a cidade de Nova Boa Vista -RS após a obtenção da aposentadoria rural. Sendo esta cidade composta por uma população bastante significativa de idosos habitando a cidade.

O processo de migração para a cidade decorreu de fatores múltiplos não tendo assim, uma motivação comum que impulsionasse os aposentados a deixarem o campo após a obtenção do benefício. Quanto ao campo, para os aposentados este não se tornou um lugar ruim de viver, porém é possível identificar que deixou de ser o campo que era antigamente. O campo rememorado pelos entrevistados como um lugar bom de morar é aquele onde o homem não utilizava agrotóxico, era o campo onde existia uma população significativa de moradores e de vizinhos, onde não havia espaço para a solidão.

Buscando responder aos objetivos da presente pesquisa, pode-se dizer que quanto às razões que levam os aposentados a deixar o espaço rural e migrar para a cidade, após a conquista da aposentadoria é evidente na percepção dos aposentados que o campo ideal para eles seria um campo marcado pela presença de pessoas vivendo nele. O esvaziamento contínuo associado com fatores como falta de sucessão nas próprias propriedades dos aposentados, não deixa alternativas se não à migração para a cidade na busca pela fuga da solidão de um espaço que já não é mais o mesmo dos anos rememorados pelos entrevistados.

No que se refere a entender o papel da aposentadoria como indutora do processo de migração para a cidade, é possível afirmar que a aposentadoria representa uma segurança financeira quando da migração para a cidade, ou seja, se não houvesse a aposentadoria provavelmente os aposentados não sairiam do campo, motivando assim a sua migração.

A trajetória dos aposentados que migraram para a cidade, enquanto moradores do campo, é marcada por diferentes situações, porém é unânime no discurso dos aposentados uma vida marcada por muito trabalho, dificuldade em manter-se no campo e um passado cheio de histórias e memórias.

O processo de modernização da agricultura e de expansão das monoculturas colaborou para a instauração do cenário atual do município de Nova Boa Vista –RS, uma vez que dispensou a mão de obra para o trabalho no campo e iniciou um processo de cultivo embasado em agrotóxicos e pacotes tecnológicos, contribuiu para a existência de um número cada vez menor de pessoas vivendo no campo. Associado a isso, o desenvolvimento das cidades atraiu também a migração de pessoas do campo, fazendo com que os moradores do campo diminuíssem cada vez mais.

A aposentadoria rural foi identificada como política pública de suma importância para a ocorrência deste processo migratório uma vez que a obtenção da renda fixa mensal proporcionada pela aposentadoria significa segurança econômica, caso não houvesse o benefício, a população não teria condições de manter-se na cidade. Neste viés acredita-se que a aposentadoria rural deve continuar a existir e que ela exerce um papel incomensurável para a população quando esta alcança a idade avançada.

Os aposentados que migram para a cidade não estão buscando fugir de um lugar ruim para se viver, mas estão fugindo da solidão, a falta de sucessão para continuar a produção nas propriedades dos aposentados também é relatado como um problema na atualidade, onde pela falta de condições dignas de manter-se no campo os jovens acabam optando por sair da casa dos seus pais e buscar em outras atividades não relacionadas a agricultura a sua sobrevivência.

A rotina da cidade envolve diversas atividades que ocasionalmente não podem ser desenvolvidas no campo, o acesso ao supermercado, ao posto de saúde e ao comércio já não é mais aquele lembrado de anos atrás, e agora na velhice o acesso facilitado a estes serviços acaba sendo um fator determinante para esta parcela da população. Também é válido lembrar que devido a concentração populacional da cidade (que apesar de não ser muito significativa) contribui para que os aposentados não se sintam sozinhos e desamparados.

A rotina dos aposentados na cidade é mais densa do que quando estes moravam no campo o que faz com que nas palavras dos entrevistados “as horas passem mais depressa”, e neste sentido as políticas públicas do

município colaboram para que os idosos do município tenham momentos de lazer e descontração.

Quanto ao lugar, o município de Nova Boa Vista apresenta-se como um lugar calmo e que ainda conserva valores tradicionais que são cultivados a gerações, onde todos se conhecem e de certa forma cuidam uns dos outros e cultivam os valores da união e da hospitalidade o que faz com que a população de idosos entrevistados tenha um apreço muito grande pela cidade que ao mesmo tempo que, não oferece os perigos da grande cidade, também atende as demandas particulares de cada morador.

O município de Nova Boa Vista – RS apresenta ainda um diferencial no que se refere as políticas públicas para os idosos, este município sempre esteve preocupado, desde a sua emancipação, em oferecer uma boa qualidade de vida à população idosa. Neste sentido o município apresenta uma coordenação e uma equipe dentro da assistência social que é responsável em planejar ações e atividades que contemplem esta parcela da população. É importante lembrar que todas as atividades oferecidas pela secretaria da assistência social para os idosos da cidade é também oferecida para a população idosa do campo, sendo assim, a assistência social não faz distinção entre os moradores do campo e da cidade e não colabora nem direta ou indiretamente no processo de migração que vem ocorrendo neste município.

As políticas públicas são importantes, pois são lembradas pelos entrevistados, e sempre são apreciadas positivamente pelos aposentados e contribuem para que tenham uma rotina de participação em atividades proporcionadas pela secretaria de assistência social e, também, pelo fato de oferecerem aos momentos de descontração, encontro com outras pessoas, além de momentos de troca de experiências e de conversas com amigos de longa data.

É importante destacar ainda que a reforma da previdência que esteve em curso durante o processo de pesquisa, ataca diretamente a população do campo uma vez que aumenta o período de contribuição desta parcela da população e também é um retrocesso, que banaliza uma trajetória de lutas e injustiças sociais que foram sendo minimizadas com acesso a políticas públicas por parte dos moradores e trabalhadores do campo.

Conforme a pesquisa, os aposentados apontaram que o campo está nas lembranças diárias dos entrevistados, mas que com o passar dos anos o campo modificou-se demais e com isso as suas relações com os antigos lugares de morada também se modificaram. É notório que um dos principais motivos para a migração para a cidade é a tentativa de fugir da solidão que, com a chegada da idade mais avançada torna-se compreensível e até mesmo importante para a segurança dos aposentados.

A presente pesquisa foi importante, pois ela trouxe para a discussão um fenômeno que vinha sendo observado à algum tempo já no município de Nova Boa Vista – RS, e desvendar este acontecimento esclareceu as indagações que permeavam no município e fez com que esta parcela da população sentisse-se valorizada, acolhida e fazendo parte deste espaço.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. **Importância das teorias agrárias para a Geografia Rural**. Mercator- Revista de Geografia UFSC. Ano 08. Nº161, 2009.

BARBOSA, Rômulo Soares. Direitos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil: a previdência social em questão. In: XXII Congresso Brasileiro de Sociologia, **Anais do...**, Belo Horizonte, 2005. 26 p.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BELTRÃO, K. I., OLIVEIRA, F. E. B. de, PINHEIRO, S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 759).

BELTRÃO, Kaizôlwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: Uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Texto para discussão nº 759. Rio de Janeiro: IPEA, set/ 2000.

BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais**: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul. Pelotas: 2006. Tese. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós- graduação em Agronomia.

BIOLCHI, Marilza Aparecida. **Agricultura familiar e previdência social rural**: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2002. 173 p. (Dissertação de Mestrado).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Série Legislação Brasileira)

BRASIL. **Decreto-lei n.º 564**, de 1.º de maio de 1969. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 2. set. 2008.

BRASIL. **Lei 4.214, de 2 de março de 1963** (Estatuto do Trabalhador Rural).

BRASIL. **LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF 08 de junho de 1973. Disponível em :<www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/15889.htm>. Acesso em 02 de março de 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 set. 1991a. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm>. Acesso em: 11 jul. 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 ago. 1991b. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>. Acesso em: 11 jul. 2005.

BRASIL. **PROJETO DE LEI N.º 6.442, DE 2016**. Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Brasília, DF 08 de Novembro de 2016 Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2116421>>.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Dossiê Sociologia**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana. Amélia.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP), v. 13, p. 16-25, 2008.

DEBERT, Guita Grin. **Pressupostos da Reflexão Antropológica Sobre a Velhice**. In: DEBERT, Guita Grin. Antropologia e Velhice, Textos Didáticos, n.19, IFCH, 1998.

DELGADO, Guilherme e CASTRO, Jorge de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças.** Brasília: IPEA, outubro de 2003. 21 p. (Texto para Discussão 992)

DELGADO, Guilherme. CARDOSO Jr. José Celso. **Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural:** relatório metodológico. Brasília: IPEA, 1999. 43 p.

E.E.E.M ANTONIO MATHIAS ANSCHAU. **Nova Boa Vista:** histórias e memórias. Passo Fundo, Berthie, 2012. 208 p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, L. R. B.. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 25-40, 2007b.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) -CT/UNESP , Presidente Prudente.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. **Jornal da FETAEP.** Curitiba Paraná. Outubro 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra.** Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (1976). **O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural:** ideologia e realidade. Perspectivas. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, Unesp, p.189-202.

FERRANTE, VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE. O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL. **Revista de Ciências Sociais,** v. 1, 1976.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos:** seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 252 p.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas. GONDIM, Sônia Maria Guedes **Da fala do outro ao texto negociado:** discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ago 2004, vol.14, no.28, p.139-152.

FRESCA, T. M. **Centros locais e pequenas cidades:** diferenças necessárias. Mercator, Londrina, 2010: dez. p. 75-81.

FRIEDRICH, Engels. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010

GASPAROTTO, ALESSANDRA. “Companheiros Ruralistas!” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). **Tese de Doutorado** UFRGS, 330p 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas: evoluções e desafios**. Revista de Estudos Avançados, vol. 15, nº 43. São Paulo, Sept/Dec. 2001

GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista Econ. Sociol. Rural, v. 52 supl. 1 Brasília 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GUIMARÃES. Roberto Élito dos Reis. **O Trabalhador Rural e a Previdência Social- Evolução Histórica e Aspectos Controvertidos**. Revista Virtual da AGU Ano IX nº 88, 2009.

IBGE. **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil**. Uma primeira aproximação. Estudos e Pesquisas Informações Geográficas. Rio de Janeiro 2017, p.83.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços urbanos e rurais do Brasil – Uma primeira aproximação; **IBGE** - 2017.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5 ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LENOIR, Remi. **Objeto Sociológico e Problema Social**. In: MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59 – 106.

MARAFON, Gláucio J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p. 17-60.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, 7. ed. 5. reimpr. 2010, 225 p.

MARRE. Jacques André Léon. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Seminário de Pesquisa do oeste do Paraná, Cascavel, 1991

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª edição. Editora vozes LTDA. PETROPOLIS RJ 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (1996): **Manual de história oral**. São Paulo, Edições Loyola.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. *Agricultura de São Paulo*, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 80.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hiusitec, 2007

Nahas, M. V. (2006). **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo (4ª ed.). Londrina: Midiograf.

Okuma, S. S. (1998). **O idoso e a atividade física**: Fundamentos e pesquisa. Campinas: Papirus Editora

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de . **A mundialização da agricultura brasileira**. Actas XII Colóquios de Geocrítica. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>, 2012. Acesso em 13/11/2013

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma agrária. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 15 n.43, 2001.

OLIVEIRA. Maria Marly de, **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro, 2007, 186p.

OLIVEIRA. Natália Pereira De. **Interações e conflitos entre a política pública de habitação e os sujeitos que habitam**: reflexões metodológicas. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luiz/ MA 2016.

PALACIOS, G. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: UnB, 2004.

PIRES, D. X.; CALDAS, E. D.; RECENA, M. C. P. **Uso de agrotóxicos e suicídios no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.598-605, 2005.

SANTOS, Joelma Cristina dos. **Dos canaviais à Etanolatria**: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Tese de Doutorado - SP. 2009.

SANTOS. LIDIA CRISTINA, Impactos da reforma trabalhista para o trabalhador rural. **Campo Grande News**. Campo Grande 12 de Maio de 2017. Disponível em: www.campograndenews.com.br/artigos/impactos-da-reforma-trabalhista-para-o-trabalhador-rural. Acesso em: 08/03/2018

SAUER, S. **“Agricultura familiar Versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro”**. Texto para Discussão, 30, Brasília, Embrapa 2008.

SCHIEFELBEIN, Adriana. **Os impactos sociais e econômicos da Previdência Social Rural no município de Silveira Martins, RS**. Santa Maria: 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-graduação em Geografia.

SCHWARZER, Helmut. **Paradigmas da previdência social rural**: um panorama da experiência internacional. Texto para Discussão no 767. IPEA. Brasília, novembro de 2000b. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

_____. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – Evidências Empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. IPEA. Rio de Janeiro. 2000a. (Texto para discussão 729) <www.ipea.gov.br>.

_____. A previdência rural na experiência internacional. In: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90.2 ed. Brasília. IPEA. 2003.

_____. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil — Evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão 729.

SEGURA, FABIANO FERNANDES. **A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA NA PRIMEIRAREPÚBLICA-A** excepcionalidade da Lei Eloy Chaves. São Paulo: 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, JOSELI MARIA. (2000). Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, 5(2), 9-37.

SOUZA, CELINA. **Políticas públicas:** uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade.** In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In:____ **Geografia Física, Geomorfologia:** uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TALASKA, A., Silveira, R., & Etges, V. (2014). **Cidade e campo: para além dos critérios e atributos, as relações e contradições entre o urbano e o rural,** *Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales (Biblio 3W)*, XIX(1090). Acesso em 13 de julho, 2017, de <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1090.htm>.

THOMSON, Paul. 1992. **A Voz do Passado.** Trad. De Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Paz e Terra.

TOMBINI. DEBORA APARECIDA SAQUET, MARCO AURÉLIO. **Migração e relação campo-cidade.** VII Seminário Estadual de Estudos territoriais. Paraná, 2014.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em Geografia.** In: Encontro Nacional de Geógrafos, 17, 2012, Belo Horizonte-MG. Anais... Belo Horizonte, MG, 2012.

Wanderley MNB. **A ruralidade no Brasil moderno.** In: Giarracca N, organizador. Una nueva realidad en América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas** Avançadas: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE, Recife, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (2001) **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural- estudo preliminar sobre pequenos municípios em Pernambuco.** Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf Recife:2001. Acesso em 10 de dez 2017.

WELCH, Clifford Andrew. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. **Projeto História.** São Paulo, v. 29, t. 2, jul./dez. 2004

APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS APOSENTADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Programa de pós-graduação em Geografia

Título da dissertação: Aposentadoria e êxodo rural no município de Nova Boa Vista- RS: o caso dos aposentados que migram para a cidade

Autor: Jacson Dreyer Schumacher

Orientador: Dr. Cesar de David

Roteiro de entrevista

a) Informações sobre o(s) entrevistado(a)(s)

Nome:

Idade:

Onde mora e há quanto tempo:

Quantos filhos possuem, onde moram e o que fazem?

Quando se aposentou:

b) A vida antes da aposentadoria

Onde morava antes de se aposentar?

Em que trabalhava? (que atividades?)

O que produzia antes de vir morar na cidade

Qual o tamanho da propriedade? Era própria?

O que aconteceu com a propriedade após a vinda para a cidade

O que produzia antes de vir morar na cidade

Como foi viver no campo para vocês

Quais foram os principais acontecimentos que destacam como marcantes enquanto moravam no campo, tanto positivos como negativos (no que se refere

a momentos políticos, econômicos que o país viveu)

c) A vida após a aposentadoria

Quando se aposentou?

Como foi o processo?

Porque decidiram vir morar para a cidade

O que a cidade oferece de bom pra vocês

O que teria que ter no campo pra que vocês permanecessem lá

Como foram os últimos anos enquanto moradores do campo

Como é a rotina agora na cidade

Caso não fossem aposentados, estaria morando na cidade

Possuem algum rendimento além da aposentadoria?

Que importância tem a aposentadoria para a sua subsistência na cidade

Na visão de vocês as pessoas estão saindo do campo depois que se aposentam? E por que vocês acham que isso acontece?

Quais as vantagens de trocar o campo pela vida na cidade?

Quais os principais problemas que na sua visão o campo apresenta hoje?

Quais os problemas de morar na cidade?

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL PELA TEREIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA-RS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Programa de pós-graduação em Geografia

Título da dissertação: Aposentadoria e êxodo rural no município de Nova Boa Vista- RS: o caso dos aposentados que migram para a cidade

Autor: Jacson Dreyer Schumacher

Orientador: Dr. Cesar de David

Nome:

Função que desempenha na secretaria:

Quais os eventos dedicados a população idosa/aposentada de Nova Boa Vista atualmente?

Como é a organização dos grupos de terceira idade?

Como são os encontros realizados no campo e na cidade?

Quais atividades desenvolvidas nestes encontros?

Descreva como são estes encontros.

Vocês conhecem a realidade de que os aposentados vem para o campo após a aposentadoria?

A assistência social é a secretaria responsável por promover eventos e políticas públicas para esta parcela da população?

Como são planejadas as ações da secretaria? Existe algum convênio ou parceria?